

1.000 QUESTÕES GABARITADAS

SEFAZ-GO

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

Conteúdo:

- › Língua Portuguesa
- › Raciocínio Lógico
- › Matemática Financeira
- › Estatística
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Direito Financeiro
- › Direito Civil
- › Direito Penal
- › Direito Empresarial
- › Microeconomia
- › Economia da Tributação
- › Macroeconomia
- › Contabilidade Geral
- › Tecnologias da Informação
- › Auditoria
- › Contabilidade Avançada
- › Contabilidade de Custos
- › Direito Tributário I
- › Direito Tributário II - Reforma Tributária
- › Legislação Tributária

PRATICANDO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEFAZ GO

CADERNO DE QUESTÕES GABARITADAS -
SECRETARIA DA ECONOMIA DO ESTADO DE
GOIÁS

Auditor-Fiscal da Receita
Estadual

EDITAL Nº 01/2025 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES



CÓD: SL-051DZ-26
7908433291442

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	35
3. Matemática Financeira	45
4. Estatística	53
5. Direito Constitucional	61
6. Direito Administrativo.....	77
7. Direito Financeiro	89
8. Direito Civil.....	105
9. Direito Penal	117
10. Direito Empresarial	127
11. Microeconomia.....	141
12. Economia da Tributação.....	151
13. Macroeconomia.....	161
14. Contabilidade Geral	173
15. Tecnologias da Informação	195
16. Auditoria	209
17. Contabilidade Avançada	223
18. Contabilidade de Custos	245
19. Direito Tributário I.....	257
20. Direito Tributário II - Reforma Tributária.....	291
21. Legislação Tributária	297

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2024)

Leia o conto “A condição geral”, de Carlos Drummond de Andrade,

O barro entendia que estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares. A água queixou-se de recolher todas as imundícies da Terra, ela que sempre foi sinônimo de limpeza. O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie - de todas as espécies imoladas. “E a mim?” - gemeu a árvore -, “a mim, que desempenho função vital no sistema da Terra, tacam-me fogo ou retalham-me a serra e o machado”.

Os quatro concordaram que não está direito. Reclamaram do homem, que lhes declarou que não podia fazer nada. Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar. “Em vez de me coçar, acrescentou, “assisto a seriados americanos de televisão, enquanto não se inventa outra coisa. E me entedio. Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo. Vocês pensam que ser homem é fácil?”

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos plausíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

No contexto em que se insere, expressa sentido de finalidade o termo sublinhado em:

- (A) O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie.
- (B) desempenho função vital no sistema da Terra.
- (C) estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares.
- (D) Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo.
- (E) Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar.

2. (FCC - 2022)

O lugar onde a gente morava quase só tinha bicho solidão e árvores.

Meu avô namorava a solidão.

Ele era um florilégio de abandono.

De tudo que me restou sobre aquele avô foi esta

imagem: ele deitado na rede com a sua namorada, mas

se a gente o retirasse da rede por alguma necessidade,

a solidão ficava destampada.

Oh, a solidão destampada!

Essa imagem da solidão que ficara dentro de mim por anos.

Ah, o pai! O pai vaquejava e vaquejava.

Ele tinha um olhar soberbo de ave.

E nos ensinava a liberdade.

A gente então saía vagabundeando pelos matos sem aba.

Chegou que alcançamos a beira de um rio.

A manhã estava pousada na beira do rio desaberta moda um pássaro.

Nessa hora já o morro encostava no sol.

Logo adiante vimos um quati a lamber um osso de ema.

A tarde crescia por dentro do mato.^(b)

O lugar nos perdera de rumo.

A gente se sentia como um pedaço de formiga perdida na estrada.

Bernardo completava o abandono.

Logo encontramos uma criame de caracóis nas areias do rio.

Quase todos os caracóis eram viúvos de suas lesmas.

Contam que os urubus, finórios, desciam naquele lugar

para degustar as lesmas vivas.^(e)

Se diz que este recanto teria sido um pedaço do Mar de Xaraiés.

Na beira da noite a gente estava sem rumo.^(c)

Bernardo apareceu e disse que vento é cavalo.

Então montamos na garupa do vento e logo chegamos em casa.^(d)

A mãe aflitíssima estava.

Ela cuidava de todos: lavava, passava e cozinhava para todos.

Porém à noite a mãe ainda encontrava uma horinha para o seu violino.

Ela tocava para nós Vivaldi.

E a gente ficava pendurado em lágrimas.

Um dia que outro contei para a Mãe que tinha visto um passarinho a mastigar um pedaço de vento.

A Mãe disse outra vez: Já vem você com suas visões!^(a) Isso é

travessura de sua imaginação.

É a voz de Deus que habita nas crianças, nos passarinhos e nos tontos.

A infância da palavra.

(Adaptado de: BARROS, Manoel de. *Menino do mato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015)

Considerando o contexto, expressa sentido de finalidade o termo sublinhado em:

(A) “disse outra vez: Já vem você com suas visões!”

(B) “A tarde crescia por dentro do mato.”

(C) “Na beira da noite a gente estava sem rumo.”

(D) “Então montamos na garupa do vento e logo chegamos / em casa.”

(E) “Contam que os urubus, finórios, desciam naquele lugar / para degustar as lesmas vivas.”

3. (FCC - 2024)

Texto

Muros e lágrimas: refugiados, deslocados, migrantes

1- Dos “trabalhadores imigrantes”, últimos operários de fábricas agora fechadas ou deslocadas, aos “imigrantes ilegais”, modernos fomalheiros de um capitalismo que ambiciona ser financeiro e esconde sua criadagem; das prostitutas africanas aprisionadas na clandestinidade de uma escravidão moderna às longas filas de refugiados apanhados em ratoeiras nas fronteiras da Europa: é sob as formas contemporâneas da migração que as sociedades ocidentais representam doravante o estrangeiro aquele que é preciso temer e lamentar ao mesmo tempo, vigiar e proteger.

2- Desde os anos de 1980, e até à ano em que Donald Trump chegou ao poder, não existe mais campanha eleitoral na Europa ou nos Estados Unidos em que não se acene com o espectro de uma migração invasiva. O migrante está no centro dos temores e das fantasias suscitadas pela ameaça terrorista, transformando cada requerente de asilo em uma vítima expiatória do medo da sombra. Mas essa hipervisibilidade se combina

paradoxalmente com um apagamento muito real dos migrantes no espaço público. Entrevistos em uma área de descanso de autoestrada ou no desvio de uma passagem de fronteira, relegados às cozinhas dos restaurantes ou às oficinas clandestinas, escondidos atrás dos tapumes dos canteiros de obras da modernidade, contrangidos por sua própria condição a viver na sombra, os migrantes constituem uma categoria de pessoas que poucos cidadãos comuns têm a ocasião de cruzarem em sua vida cotidiana. Fora das trocas comuns se constrói, portanto, uma figura midiática do migrante, uma figura de retórica política e de discurso que o coloca no centro de um vórtex emocional de medos, e mesmo de ódio, ou então de empatia e de compaixão.

3- Como um reflexo das emoções extremas que eles provocam, parece normal hoje considerar a migração como uma tragédia, um trauma para aquele que a efetua. Para nós tornou-se difícil ver na migração uma experiência social banal, como se ela devesse ser a um só tempo crucial e determinante até o fim de suas vidas para aqueles que passaram por suas provações – quase a mesma definição clínica do traumatismo.

4- Essa dimensão trágica faz da migração a vertente sombria de todas as formas pelas quais o mundo moderno se pôs em movimento. O migrante é de cera forma o exato oposto do turista e do executivo intercontinental, dois personagens que aparecem nas mesmas épocas e constituem as figuras “solares” dessa mobilidade em vias de banalização. Raramente percebida como uma oportunidade, uma aventura, ou mesmo simplesmente uma banal peripécia, a migração é interpretada como um acidente, um drama, e até um delito. E mais: é com a condição de ser uma tragédia que ela existe como objeto político, isto é, ao mesmo tempo como objeto de designação, de discurso e de governança. Em suma, existe uma relação estreita entre a construção da migração como tragédia, seu formato emocional e seu tratamento como objeto político.

5- A narrativa política serve-se de uma confusão entre o que desencadeia os movimentos migratórios e a realidade da experiência que começa pela viagem migratória. Das grandes tragédias que são as guerras ou os desastres a essas pequenas tragédias familiares que são os destinos despoticamente atribuídos pelos pais aos filhos, é evidente que a migração nasce muitas vezes de uma tragédia original, mas à qual ela oferece uma saída, uma oportunidade de resistência e de salvação. É essa dimensão que a narrativa política esconde, e que ao contrário é objeto das narrativas íntimas: na abundante literatura etnográfica ou jornalística dominada

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2022)

Para entrar em um sistema computacional, o usuário deve digitar sua senha duas vezes seguidas e responder três perguntas de verificação. Se a senha for digitada corretamente nas duas oportunidades ou se nenhuma das três respostas estiver errada, então o usuário tem acesso ao sistema. Caso contrário, aparece na tela uma mensagem de erro.

Uma pessoa completou o processo para entrar nesse sistema, mas, ao final, apareceu na tela uma mensagem de erro. Nessas condições, é correto concluir que essa pessoa, necessariamente,

- (A) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade e acertou, no máximo, duas perguntas de verificação.
- (B) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade ou errou ao menos uma das três perguntas de verificação.
- (C) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades e errou as três perguntas de verificação.
- (D) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades ou não acertou nenhuma das três perguntas de verificação.
- (E) errou a digitação da senha nas duas oportunidades ou não acertou uma das três perguntas de verificação.

2. (FCC - 2022)

A negação da afirmação: “não ficou doente e vai ficar em casa” é:

- (A) Ficou doente e não vai ficar em casa.
- (B) Não ficou doente ou vai ficar em casa.
- (C) Ficou doente ou não vai ficar em casa.
- (D) Ficou doente ou vai ficar em casa.
- (E) Não ficou doente ou não vai ficar em casa.

3. (FCC - 2022)

Considere seguintes proposições:

p: Em março há 2 feriados ou 5 domingos. q: Em março nunca há carnaval.

A negação da condicional $p \rightarrow q$ é equivalente à afirmação:

- (A) Em março não há 2 feriados e não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (B) Em março não há 2 feriados ou não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (C) Em março há 2 feriados ou 5 domingos e em março pode haver carnaval.
- (D) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março sempre há carnaval.
- (E) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março pode haver carnaval.

4. (FCC - 2025)

Há quatro cartões diferentes sobre uma mesa. Cada cartão possui uma letra de um lado e um número natural do outro. As faces visíveis dos cartões mostram os seguintes símbolos: E, K, 2 e 7.

Deseja-se verificar se a seguinte regra está sendo obedecida: “Se houver um número par em um dos lados do cartão, então necessariamente há uma vogal no outro lado.”

Existe um conjunto mínimo e correto de cartões para verificar essa regra, que seria virar

- (A) os cartões com os símbolos E e 7.
- (B) somente o cartão com o número 2.
- (C) os cartões com os símbolos E e 2.
- (D) os cartões com os símbolos K e 7.
- (E) os cartões com os símbolos K e 2.

5. (FCC - 2022)

Quando estou feliz e faz sol, passeio com o cachorro. Sempre que passeio com o cachorro e não passo na padaria, como um pastel na feira. Ontem, não comi um pastel na feira e não passei na padaria. Logo, ontem, necessariamente,

- (A) eu não estava feliz.
- (B) fez sol.
- (C) não passei com o cachorro.

- (D) eu estava feliz.
(E) passei com o cachorro.

6. (FCC - 2022)

Toda vez que viaja ao interior, Luciano não vai à feira. Quando está em férias e não é dia útil, Luciano viaja ao interior. Se hoje Luciano foi à feira, então, necessariamente,

- (A) é dia útil.
(B) Luciano está em férias.
(C) Luciano não está em férias.
(D) não é dia útil.
(E) Luciano não viajou ao interior.

7. (FCC - 2022)

Considere as três afirmações a seguir, das quais apenas uma é verdadeira.

- I. Denise conhece Paris e não é maior de idade.
II. Se Denise é maior de idade, então ela viaja sozinha.
III. Denise viaja sozinha ou não conhece Paris, ou as duas coisas.

Nessas condições, é necessariamente verdade que Denise

- (A) é maior de idade e viaja sozinha.
(B) é maior de idade e não conhece Paris.
(C) não é maior de idade e conhece Paris.
(D) não viaja sozinha e conhece Paris.
(E) conhece Paris e não é maior de idade

8. (FCC - 2022)

Se Adão vai ao cinema, Benedito consegue estudar e Carla não faz brigadeiro. Carla fez brigadeiro, então podemos afirmar que

- (A) Benedito conseguiu estudar.
(B) Adão não foi ao cinema.
(C) Benedito não conseguiu estudar.
(D) Adão foi ao cinema.
(E) Adão foi ao cinema se Benedito conseguiu estudar.

9. (FCC - 2025)

A negação da afirmação “se toda arara agarra e amarra, então toda arara rara é de Araraquara.” é logicamente equivalente a

- (A) se alguma arara agarra e amarra, então alguma arara rara é de Araraquara.
(B) se nenhuma arara rara é de Araraquara, então alguma arara agarra e amarra.

(C) toda arara agarra e amarra e nenhuma arara rara é de Araraquara.

(D) toda arara agarra e amarra, mas existe arara rara que não é de Araraquara.

(E) nem toda arara agarra e amarra, mas alguma arara rara é de Araraquara.

10. (FCC - 2025)

Se “Alguns poetas são músicos” e “Nenhum músico é atleta”, conclui-se corretamente que

- (A) todo poeta é músico.
(B) todo músico é poeta.
(C) nenhum poeta é atleta.
(D) algum poeta não é atleta.
(E) algum atleta é músico.

11. (FCC - 2022)

Todas as bailarinas são magras. Logo, necessariamente,

- (A) o conjunto das bailarinas contém o conjunto das pessoas magras.
(B) o conjunto das pessoas magras contém o conjunto das bailarinas.
(C) todas as mulheres magras são bailarinas.
(D) alguma bailarina não é magra.
(E) toda mulher magra não é bailarina.

12. (FCC - 2025)

Laura, Marcela e Talita distribuíram 120 bolinhas de gude em 6 saquinhos sem identificação da seguinte maneira: 1 saquinho ficaram 10 bolinhas, em 1 saquinho ficaram 15, em 1 saquinho ficaram 20 e nos outros 3 saquinhos ficaram 25 bolinhas em cada. Em seguida, de maneira aleatória, cada menina pegou 2 saquinhos e conferiu seu conteúdo.

Laura afirmou, corretamente, que pegou um saquinho com 25 bolinhas e o outro com menos de 25 bolinhas. Em seguida, Talita afirmou, corretamente, que, apenas com essa informação, seria impossível para ela saber quem pegou o maior total de bolinhas. Depois, Marcela afirmou, corretamente, que o total de bolinhas que pegou é 35. Em seguida, Talita afirmou que, com essa segunda informação e raciocinando logicamente, a menina que pegou menos bolinhas e a menina que pegou mais bolinhas foram, respectivamente,

- (A) Marcela e Talita.
(B) Talita e Laura.
(C) Laura e Marcela.
(D) Laura e Talita.
(E) Marcela e Laura.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. (FCC - 2025)

Uma pessoa irá necessitar de R\$ 120.600,00 para adquirir um automóvel daqui a 8 meses. O menor valor (C), em 1.000 reais, que ela deve depositar hoje em um banco que remunera os depósitos de seus clientes a uma taxa de juros simples de 10,8% ao ano, com o objetivo de adquirir o automóvel daqui a 8 meses, é tal que

- (A) $110 \leq C < 115$
- (B) $115 \leq C < 120$
- (C) $105 \leq C < 110$
- (D) $C < 105$
- (E) $C \geq 120$

2. (FCC - 2025)

Dois títulos de valores nominais iguais a R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00 deverão ser quitados daqui a 2 meses e 4 meses, respectivamente. O devedor propõe substituir estas duas obrigações por um único pagamento daqui a 6 meses. Utilizando a taxa de juros simples de 24% ao ano, obtém-se que o valor deste único pagamento tem de ser no valor de

- (A) R\$ 83.800,00
- (B) R\$ 85.200,00
- (C) R\$ 83.200,00
- (D) R\$ 86.400,00
- (E) R\$ 84.400,00

3. (FCC - 2025)

O valor dos juros referente a uma aplicação realizada na data de hoje pelo prazo de 6 meses a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre é igual a R\$ 669,90. Caso esta aplicação seja realizada a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, o valor dos juros será de:

- (A) R\$ 825,00
- (B) R\$ 840,00
- (C) R\$ 750,00
- (D) R\$ 1.080,00
- (E) R\$ 990,00

4. (FCC - 2025)

Um investidor aplicou 30% de seu capital, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 12% ao ano e o restante, durante 10 meses, a uma taxa de juros simples

de 14,4% ao ano. Se a soma dos montantes destas aplicações foi igual a R\$ 66.480,00, então o valor dos juros correspondente à aplicação de 10 meses apresenta valor igual a

- (A) R\$ 4.000,00
- (B) R\$ 5.600,00
- (C) R\$ 4.800,00
- (D) R\$ 4.480,00
- (E) R\$ 5.040,00

5. (FCC - 2025)

Um investidor aplicou 30% de seu capital, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 12% ao ano e o restante, durante 10 meses, a uma taxa de juros simples de 14,4% ao ano. Se a soma dos montantes destas aplicações foi igual a R\$ 66.480,00, então o valor dos juros correspondente à aplicação de 10 meses apresenta valor igual a

- (A) R\$ 4.800,00
- (B) R\$ 4.480,00
- (C) R\$ 5.040,00
- (D) R\$ 4.000,00
- (E) R\$ 5.600,00

6. (FCC - 2024)

Enzo comprou um curso de inglês pelo valor total de R\$ 2.000,00, divididos em quatro parcelas mensais iguais de R\$500,00. No dia do vencimento da segunda parcela, solicita à escola que postergue o recebimento das duas parcelas seguintes. A escola propõe que o aluno pague o total da dívida, em uma única vez, daqui a quatro meses, com uma taxa de juros simples de 1% a.m. a partir dos vencimentos originais. O valor total a ser pago em reais, pelo aluno, é de:

- (A) 1 035,00
- (B) 1 010,00
- (C) 1 015,00
- (D) 1 020,00
- (E) 1 025,00

7. (FCC - 2024)

Ao aplicar um capital de R\$ 2.000,00 e juros simples de 12% ao ano, por 5 anos, o montante será de

- (A) R\$ 4.000,00
- (B) R\$ 3.200,00
- (C) R\$ 2.240,00
- (D) R\$ 3.720,00
- (E) R\$ 4.200,00

8. (FCC - 2022)

Uma instituição financeira oferece a garantia da obtenção de R\$ 1.680,00 por um depósito inicial de R\$ 1.500,00, em regime de juros simples, num prazo de aplicação igual a dois trimestres, com uma taxa de juro trimestral. Segundo essa instituição financeira, o capital final é dado por: $C_n = C + C \times n \times i$, em que:

- C_n : Capital final - C: Capital inicial
- n: número de períodos de capitalização
- i: taxa de juro referente ao período de capitalização

A taxa de juros trimestral é

- (A) 12%
- (B) 9%
- (C) 6%
- (D) 8%
- (E) 4%

9. (FCC - 2024)

Em 2023, uma empresa distribuidora de componentes para instalação de sistemas a gás encerrou o exercício com o total de vendas de R\$ 1.500.000,00 & R\$ 320.000,00 de contas a receber de clientes. Sendo assim, O prazo médio de recebimento contabilizado para o ano de 2023 foi, em dias, igual a

- (A) 64.
- (B) 58.
- (C) 78.
- (D) 39.
- (E) 46.

10. (FCC - 2025)

Uma duplicata foi descontada 4 meses antes de seu vencimento segundo uma operação de desconto racional simples a uma taxa de desconto de 30% ao ano e verifica-se que o respectivo valor do desconto foi de R\$ 2.060,00. Caso esta duplicata tivesse sido descontada segundo uma operação de desconto comercial simples, com a mesma taxa de desconto de 30% ao ano, o valor atual do título seria de

- (A) R\$ 20.754,00
- (B) R\$ 20.610,00
- (C) R\$ 20.718,00
- (D) R\$ 20.394,00
- (E) R\$ 19.810,00

11. (FCC - 2025)

Um título é descontado em um banco 4 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 24% ao ano. Sabendo-se que foi considerada a operação de desconto comercial simples, obteve-se um valor atual igual a R\$ 18.768,00. Caso tivesse sido decidido descontar este título 2 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 21% ao ano e também segundo uma operação de desconto comercial simples, o valor atual seria de

- (A) R\$ 19.635,00
- (B) R\$ 19.176,00
- (C) R\$ 19.686,00
- (D) R\$ 19.584,00
- (E) R\$ 19.201,50

12. (FCC - 2025)

Um título é descontado em um banco 4 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 24% ao ano. Sabendo-se que foi considerada a operação de desconto comercial simples, obteve-se um valor atual igual a R\$ 18.768,00. Caso tivesse sido decidido descontar este título 2 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 21% ao ano e também segundo uma operação de desconto comercial simples, o valor atual seria de

- (A) R\$ 19.686,00
- (B) R\$ 19.584,00
- (C) R\$ 19.201,50
- (D) R\$ 19.635,00
- (E) R\$ 19.176,00

13. (FCC - 2025)

Dois títulos de valores nominais iguais são descontados na data de hoje a uma taxa de desconto anual de 24% ao ano. Um dos títulos vence daqui a 3 meses e o outro daqui a 5 meses. A soma dos valores atuais foi igual a R\$ 38.272,00 e a operação utilizada foi a do desconto comercial simples para ambos os títulos. Se a taxa de desconto tivesse sido de 36% ao ano, então a soma dos valores atuais teria sido igual a

- (A) R\$ 36.816,00
- (B) R\$ 37.440,00
- (C) R\$ 36.608,00
- (D) R\$ 36.712,00
- (E) R\$ 37.024,00

ESTATÍSTICA

1. (FCC - 2024)

O analista administrativo de uma organização pública precisa elaborar uma apresentação aos superintendentes. Em função do extremo calor dos últimos dias, esta apresentação deve conter um gráfico estatístico que represente a variação durante o dia das temperaturas na cidade nos últimos três meses. Logo, o gráfico ideal para representar esta série temporal cíclica denomina-se

- (A) Gráfico em colunas simples.
- (B) Cartograma.
- (C) Gráfico em barras múltiplas.
- (D) Gráfico em setores.
- (E) Gráfico polar.

2. (FCC - 2024)

O gráfico que, em uma análise exploratória de dados, permite observar a forma da distribuição, determinar a tendência central, observar os valores extremos, identificar *outliers*, além de permitir a comparação entre grupos de dados, é chamado de

- (A) pictograma.
- (B) diagrama de dispersão.
- (C) em rede.
- (D) pizza.
- (E) histograma.

3. (FCC - 2024)

No lançamento de dois dados, pode-se calcular a soma e o produto dos números de pontos obtidos nas faces voltadas para cima. A probabilidade de a soma ser maior ou igual ao produto é:

- (A) $\frac{2}{3}$
- (B) $\frac{1}{6}$
- (C) $\frac{1}{3}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{2}$

4. (FCC - 2024)

Um dado tem 6 faces numeradas de 1 a 6. Para esse dado, sabe-se que, ao jogá-lo, a probabilidade de sair uma face par é o dobro da probabilidade de sair uma face ímpar. A probabilidade de sair 1 ou 4 ao jogarmos esse dado é

- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{1}{2}$
- (C) $\frac{1}{9}$
- (D) $\frac{2}{3}$
- (E) $\frac{1}{3}$

5. (FCC - 2022)

Seja $\Omega = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$ um espaço amostral equiprovável. Os eventos A, B e C são definidos por $A = \{1, 2, 3, 4, 5\}$, $B = \{4, 5, 6, 7, 8\}$ e $C =$

- $\{0, 2, 4, 6, 8\}$. O valor da probabilidade $P(A \cap B \cap C)$ é
- (A) $\frac{3}{10}$
- (B) $\frac{1}{5}$
- (C) $\frac{4}{5}$
- (D) $\frac{1}{10}$
- (E) $\frac{1}{7}$

6. (FCC - 2025)

Considere um dado piramidal com 4 faces numeradas de 1 a 4. A face 2 é duas vezes mais provável do que a 1. A face 3 é 3 vezes mais provável que a face 2 e a face 4 é 4 vezes mais provável que a face 3. A probabilidade condicional de sair a face 1 ou a face 3 sabendo-se que saiu a face 1 ou a face 4 é de

- (A) $\frac{1}{25}$
- (B) $\frac{1}{6}$
- (C) $\frac{1}{2}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{50}$

7. (FCC - 2025)

Em um sistema de controle de qualidade para a produção de eixos de transmissão, cada eixo passa por dois testes independentes: um teste de resistência à fadiga (R) e um teste de precisão dimensional (D). A probabilidade de um eixo passar no teste de resistência é $P(R)=0,95$, e a probabilidade de passar no teste dimensional é $P(D)=0,90$. No entanto, se um eixo falha no teste de resistência, a probabilidade condicional de ele também falhar no teste dimensional aumenta para $P(D|R)=0,60$. A probabilidade de que todos os eixos passem em ambos os testes (R e D), assumindo independência entre os eixos, é:

- (A) 0,120.
- (B) 0,335.
- (C) 0,880.
- (D) 0,926.
- (E) 0,174.

8. (FCC - 2025)

Em uma urna há cartões idênticos ao tato e numerados de 1 a 9. Retiram-se, ao acaso e sem reposição, três cartões dessa urna. A probabilidade de que os três cartões sorteados estejam numerados com números pares é de

- (A) $1/2$.
- (B) $2/3$.
- (C) $1/21$.
- (D) $3/21$.
- (E) $7/15$.

9. (FCC - 2025)

Em uma auditoria tributária, 20% das declarações apresentam erros. Se, dentre as declarações com erros, 40% são efetivamente sinalizadas pelo sistema automatizado e 10% das declarações sem erros geram falso positivo (são sinalizadas), então a probabilidade de uma declaração ser sinalizada pelo sistema é:

- (A) 18%
- (B) 20%
- (C) 14%
- (D) 10%
- (E) 16%

10. (FCC - 2025)

Sabe-se que, em determinada região de uma metrópole, a probabilidade de ocorrer falta de luz (X) após tempestade é igual a 40%, a probabilidade de ocorrer falta de água (Y) é igual a 70% e a probabilidade de não ocorrer pelo menos um dos dois eventos X e Y é igual a 15%. A probabilidade de ocorrerem os eventos X e Y ao mesmo tempo é igual a

- (A) 20%
- (B) 10%
- (C) 25%
- (D) 35%
- (E) 15%

11. (FCC - 2025)

Em uma auditoria tributária, 20% das declarações apresentam erros. Se, dentre as declarações com erros, 40% são efetivamente sinalizadas pelo sistema

automatizado e 10% das declarações sem erros geram falso positivo (são sinalizadas), então a probabilidade de uma declaração ser sinalizada pelo sistema é

- (A) 14%
- (B) 10%
- (C) 16%
- (D) 18%
- (E) 20%

12. (FCC - 2022)

Um certo tipo de aparelho é vendido no mercado tendo somente 3 marcas (X, Y e Z). Um comprador vai a uma loja comprar uma unidade de tal aparelho e supõe-se que a probabilidade de ele adquirir a marca Y é o dobro da probabilidade de ele adquirir a marca X e a probabilidade de ele adquirir a marca Z é igual a $1/6$ da probabilidade de adquirir a marca Y. A probabilidade de ele adquirir a marca Y é igual a

- (A) 50%
- (B) 60%
- (C) 40%
- (D) 64%
- (E) 70%

13. (FCC - 2025)

Suponha que dois eventos, A e B, ocorram independentemente, com $P(A) = 0,4$ e $P(B) = 0,5$. Então a probabilidade de ocorrer, pelo menos, um desses eventos é de

- (A) 60%
- (B) 50%
- (C) 70%
- (D) 80%
- (E) 90%

14. (FCC - 2022)

Seja $P(X)$ a probabilidade de ocorrência de um evento X. Se A e B são dois eventos independentes tal que $P(A) = 2P(B)$ e a probabilidade de ocorrer pelo menos um dos eventos A ou B seja igual a 72%, obtemos que $P(A - B)$ é igual a

- (A) 42%
- (B) 30%
- (C) 40%
- (D) 48%
- (E) 36%

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2025)

Em uma noite, Elzah, que é enfermeira, passeava na rua com o seu cachorro, quando viu um de seus vizinhos caído, desacordado, na garagem da casa dele. Elzah tocou diversas vezes a campainha mas, sem retorno, arrombou o portão do imóvel e penetrou na casa para prestar socorro ao seu vizinho. Diante dessa situação, Elzah

(A) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre.

(B) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo durante o dia, por determinação judicial.

(C) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar, em qualquer circunstância, sem consentimento do morador.

(D) poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, dentre outros casos, para prestar socorro.

(E) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito.

2. (FCC - 2024)

Um grupo de pessoas protetoras dos animais quer se reunir, pacificamente e sem armas, em um local aberto ao público para defender ideias que os beneficiam. Essa reunião pode ocorrer.

(A) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigido prévio aviso a essa autoridade.

(B) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigida autorização da parte desta.

(C) independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(D) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(E) independentemente de autorização, desde que não frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

3. (FCC - 2022)

O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal

(A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.

(B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.

(C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

(D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.

(E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

4. (FCC - 2022)

Laura reside apenas com o filho recém-nascido em sua casa. Em uma determinada segunda-feira à noite, enquanto ambos dormiam, a residência foi invadida, sem o consentimento de Laura, por policiais munidos de uma determinação judicial, para investigação da prática de um suposto crime de furto, o qual teria ocorrido três meses antes da data da referida invasão, não configurando flagrante delito. Em conformidade com a Constituição Federal, os policiais

- (A) poderiam ter penetrado no imóvel apenas para prestar socorro.
- (B) poderiam ter penetrado no imóvel, pois possuíam determinação judicial.
- (C) poderiam ter penetrado no imóvel em caso de flagrante delito, apenas.
- (D) não poderiam ter penetrado no imóvel no período noturno, ainda que por determinação judicial.
- (E) não poderiam ter penetrado no imóvel, mesmo que fosse durante o dia, uma vez que não houve o consentimento da moradora.

5. (FCC - 2022)

Suponha que um coletivo de jovens pelo meio ambiente esteja organizando uma manifestação em um parque público. Segundo as normas constitucionais que tratam do tema, o direito de reunião

- (A) pode frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo desnecessário prévio aviso à autoridade competente.
- (B) não pode ser restringido em nenhuma hipótese.
- (C) pode ser exercido com o uso de violência.
- (D) assegura que seus participantes utilizem armas durante a manifestação.
- (E) independe de prévia autorização.

6. (FCC - 2022)

Determinada associação está sendo investigada, porque supostamente teria sido utilizada para fins ilícitos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, eventual suspensão das atividades da associação

- (A) poderia ocorrer por decisão administrativa irrecorrível.
- (B) demandaria decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
- (C) não poderia ocorrer, em virtude da garantia constitucional do direito à associação.
- (D) exigiria decisão judicial com trânsito em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) poderia ocorrer por decisão administrativa do Ministro da Justiça, ainda que pendente de recurso.

7. (FCC - 2023)

A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania deve ser atacada por meio de

- (A) habeas data.
- (B) mandado de segurança.
- (C) mandado de injunção,
- (D) *habeas corpus*.
- (E) ação popular.

8. (FCC - 2025)

Considere a Constituição Federal de 1988 para responder à questão.

O estrangeiro que, embora residente no Brasil, não seja cidadão brasileiro e que deseje, através de advogado legalmente constituído, propor ação popular para anular ato do Prefeito de determinado Município que seja lesivo ao patrimônio público

- (A) poderá propô-la, ficando isento apenas de custas judiciais, salvo, quanto a estas, se comprovada má-fé, devendo arcar com o ônus da sucumbência, independentemente de boa ou má-fé.
- (B) poderá propô-la, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (C) poderá propô-la, não ficando, em nenhuma hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (D) poderá propô-la, ficando isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, independentemente de boa-fé.
- (E) não poderá propô-la.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2022)

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

2. (FCC - 2022)

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3. (FCC - 2022)

Entre os elementos (ou requisitos) do ato administrativo estão a

- (A) competência e a autoexecutoriedade.
- (B) vinculação e a imperatividade.
- (C) discricionariedade e a presunção de legitimidade.
- (D) data e o local.
- (E) competência e a finalidade.

4. (FCC - 2025)

Os atos administrativos são dotados de atributos próprios, que os distinguem de outros atos e negócios jurídicos, a exemplo da

- (A) autoexecutoriedade, decorrência do atributo da imperatividade, este que dispensa manifestação judicial para projetar efeitos em relação a terceiros.
- (B) finalidade de interesse público, obrigatória em todos os atos administrativos e cuja violação aciona a possibilidade de sua revogação administrativa ou judicial.
- (C) coercitividade, presente em todos os atos administrativos e decorrência do atributo da autoexecutoriedade, dispensando ordem judicial para sua execução.
- (D) presunção de legalidade, presumindo-se que são aderentes à lei, quando emitidos por autoridade competente, o que impõe sua desconstituição apenas pela via judicial.
- (E) presunção de veracidade, porque, se editados, os atos administrativos são conformes ao ordenamento jurídico, têm validade e autorizam a adoção de medidas coercitivas diretas para sua execução.

5. (FCC - 2024)

A Administração Pública, no regular exercício de suas funções, pode editar atos administrativos de diversas naturezas e espécies, dentre eles os atos discricionários e vinculados. São exemplos de atos administrativos discricionários ou vinculados, quando preenchidos os requisitos para deferimento:

- (A) a autorização para realização de evento em praça pública, como ato vinculado.
- (B) a concessão de adicional de insalubridade como ato vinculado.
- (C) a concessão de licença para o trato de assuntos particulares, como ato vinculado.
- (D) o alvará de construção como ato discricionário.
- (E) a licença para edificação como ato discricionário.

6. (FCC - 2025)

Considere que um servidor público tenha requerido afastamento para participar de um curso fora de seu local de exercício e seu pedido tenha sido deferido. Pouco antes da data informada para a realização do curso, o superior hierárquico do servidor recebeu uma denúncia anônima, imputando como inautêntica a notícia do evento. Efetuadas diligências, constatou-se que O curso, de fato, não existia. O ato de deferimento do pedido de afastamento para participação do curso

- (A) deve ser anulado, em razão do vício de motivo, este que não admite convalidação.
- (B) depende de decisão judicial para sua anulação, tendo em vista que foi regular e legitimamente editado, não podendo ser desconstituído unilateralmente.
- (C) deve ser mantido, na qualidade de ato jurídico perfeito, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do servidor.
- (D) apresenta vício de motivação, devendo, portanto, ser declarado nulo, caso a autoridade competente não providencie sua convalidação tempestivamente.
- (E) deve ser revogado pela autoridade que emitiu o ato, ante o comprovado vício de legalidade.

7. (FCC - 2024)

A superveniente constatação de falsidade documental em um processo administrativo de requisição de licença para edificação, no qual o ato já foi editado (licença emitida), caracteriza

- (A) vício de legalidade, apto a ensejar a anulação do ato administrativo.
- (B) ilegalidade insanável, que obriga a anulação de todos os atos praticados no processo, cabendo ao interessado, se assim desejar, reapresentar o pedido de licença.
- (C) vício de legalidade, capaz de acionar a revogação do ato administrativo, conforme análise de repercussão e impacto pela autoridade competente.
- (D) mera irregularidade, que não pode ser suscitada em razão de já ter sido emitido o ato pleiteado.
- (E) fundamento para pleitear a anulação da licença judicialmente, tendo em vista que a edição do ato impede que a revisão se dê no âmbito administrativo.

8. (FCC - 2025)

Um ato administrativo praticado por autoridade que não detenha a competência para à sua prática afigura-se

- (A) inexistente, não produzindo qualquer efeito perante terceiros até à convalidação, que somente é viável por razões de relevante interesse público.

(B) nulo, não sendo passível de convalidação, o que não impede à prática de ato de igual teor pela autoridade competente

(C) passível de convalidação pela autoridade efetivamente competente, considerando que não se trate de competência exclusiva.

(D) ineficaz, podendo ser ratificado pela autoridade competente, porém com efeitos apenas à partir da ratificação.

(E) passível de convalidação pela autoridade que detenha a competência correspondente, desde que não se trate de ato vinculado.

9. (FCC - 2024)

A administração Pública, no regular exercício de suas funções executivas, submete-se a princípios e é dotada de poderes e prerrogativas, a exemplo do poder hierárquico, que se manifesta

(A) na função de organização do trabalho e divisão de tarefas dentro das repartições públicas, desempenhada, na maior parte das vezes, pelos ocupantes dos cargos de chefia e direção.

(B) pelo poder de revisão, pelas autoridades superiores da Administração Central, dos atos dos agentes públicos integrantes da Administração Direta e Indireta, independentemente de previsão em lei.

(C) no dever de divulgar seus atos pelos meios oficiais, além de prestar informações aos administrados.

(D) pela prevalência do princípio da supremacia do interesse público, hierarquicamente superior aos demais princípios constitucionais expressos.

(E) pela prevalência do princípio da eficiência, que passou a se sobrepor aos demais princípios implícitos e explícitos, como expressão de uma Administração Pública gerida por resultados.

10. (FCC - 2025)

A aplicação de sanção a determinada empresa que celebrou contrato com a Administração, consistente em suspensão do direito de participar de procedimentos licitatórios é de celebrar outros contratos com o ente, corresponde ao exercício de poder

(A) disciplinar, que incide quando existe vínculo específico com a Administração, não necessariamente de natureza funcional.

(B) discricionário, presente em todos os atos da Administração e que lhe permite adotar medidas com base na proteção do interesse público presente no caso concreto.

DIREITO FINANCEIRO

1. (FCC - 2023)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2023 de um ente público deve, de acordo com a

- (A) Constituição Federal de 1988, estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial das Administrações Direta e Indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- (B) Constituição Federal de 1988, estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- (C) Lei Complementar nº 101/2000, conter, no Anexo de Metas Fiscais, demonstrativo da expectativa de evolução do patrimônio líquido para o período de 2023 a 2026.
- (D) Lei Complementar nº 101/2000, apresentar os valores de despesas obrigatórias de caráter continuado, como aquelas derivadas de lei que obrigue o ente a restaurar vias públicas no prazo de 15 meses.
- (E) Lei Complementar nº 101/2000, conter reserva de contingência destinada ao atendimento de despesas classificadas, quanto à sua categoria econômica, em Despesas Correntes.

2. (FCC - 2022)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a gestão estratégica no setor público, no tocante à questão orçamentária. A LDO refere-se ao plano

- (A) tático, gerencial, de médio prazo.
- (B) operacional, de curto prazo.
- (C) estratégico, de longo prazo.
- (D) continuado, de curto prazo.
- (E) integrado, unindo-se etapas de longo, médio e curto prazo.

3. (FCC - 2025)

Utilize as informações seguintes para responder à questão.

As informações dos Quadros 1 e 2 fazem parte das receitas e despesas referentes ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública municipal. Os valores estão expressos em Reais (R\$).

Quadro 1: Receitas da Entidade Pública Municipal			
Receita	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Alienação de Bens Móveis	200.000	200.000	180.000
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	140.000	141.500	150.000
Impostos	7.000.000	7.250.000	7.250.000
Operações de Crédito - Mercado Interno	500.000	500.000	700.000
Taxas	150.000	150.000	140.000
Total	7.990.000	8.241.500	8.420.000

Quadro 2: Despesas da Entidade Pública Municipal					
Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Aquisição de Imóveis	320.000	320.000	320.000	320.000	320.000
Equipamentos e Material Permanente	75.000	80.000	80.000	80.000	80.000
Obras e Instalações	950.000	950.000	750.000	800.000	550.000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	45.000	45.000	30.000	25.000	20.000
Serviços de Consultoria	180.000	200.000	200.000	180.000	180.000
Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil	6.420.000	6.420.000	6.420.000	6.420.000	6.420.000
Total	7.990.000	8.015.000	7.900.000	7.825.000	7.570.000

As receitas e despesas se referem a:

- **Alienação de Bens Móveis:** Venda de veículos antigos da frota municipal.
- **Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado:** Aluguel de imóvel público para uma empresa.
- **Impostos:** Valores relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- **Operações de Crédito - Mercado Interno:** Financiamento obtido para a realização de obras.
- **Taxas:** Taxas administrativas e de licenciamento.
- **Aquisição de Imóveis:** Compra de um terreno para futura construção de uma escola.
- **Equipamentos e Material Permanente:** Aquisição de computadores para uso administrativo.
- **Obras e Instalações:** Construção de uma Unidade Básica de Saúde.
- **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Contrato com uma empresa privada para limpeza de prédios públicos.
- **Serviços de Consultoria:** Contratação de serviços especializados para realizar estudo atuarial do regime próprio de previdência social do município.
- **Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil:** Salário mensal de servidores efetivos.

Com base nas informações fornecidas,

(A) a diferença positiva entre a Dotação Inicial e a Dotação Atualizada de Equipamentos e Material Permanente indica a abertura de créditos adicionais especiais.

(B) a diferença total positiva entre a Dotação Inicial e a Dotação Atualizada indica a necessidade de inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2024.

(C) as receitas orçamentárias estão classificadas por fonte/destinação de recursos.

(D) a Lei Orçamentária Anual foi elaborada com equilíbrio entre receitas previstas e despesas fixadas.

(E) as despesas com Serviços de Consultoria devem integrar o Plano Plurianual da entidade, por serem Despesas de Capital.

4. (FCC - 2024)

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2024 pode

(A) fixar despesas com juros incidentes sobre operações de crédito por antecipação de receita orçamentária na categoria econômica Despesas de Capital.

(B) fixar despesas com obras de conservação de paredes de pisos de um edifício na categoria econômica Despesas Correntes.

DIREITO CIVIL

1. FCC - 2024 Cessará, para os menores, a incapacidade civil:

I. Pelo casamento.

II. Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

III. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

- (A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.
- (B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.
- (C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.
- (E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

3. (FCC - 2024)

“A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios

de comunicação social (art. 221, IV) . Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (art. 5º, Ve X) . A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação.”

(SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 39.ed., 2016, p. 203

O texto acima relaciona-se com

- (A) a responsabilidade civil contratual.
- (B) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica.
- (C) os direitos da personalidade.
- (D) a responsabilidade civil por danos exclusivamente materiais.
- (E) o direito de família.

4. (FCC - 2024)

Paulo e Luiza estabelecem, em contrato de namoro, cláusula de renúncia aos efeitos pessoais e patrimoniais de uma união estável, o que tem sido entendido, por parte da doutrina e jurisprudência, como contrato nulo. Tal fundamento encontra respaldo no direito de personalidade, diante de seu aspecto:

- (A) irrenunciável.
- (B) imprescritível.
- (C) intransponível.
- (D) impenhoráveis.
- (E) intransmissível.

5. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

- (A) irrenunciáveis, intransmissíveis e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
- (B) transmissíveis, porém irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (C) irrenunciáveis, porém transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

- (D) transmissíveis, porém irrenunciáveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
(E) irrenunciáveis, porém transmissíveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.

6. (FCC - 2025)

Nicole, separada de fato de seu cônjuge Sérgio há 1 ano, foi judicialmente declarada ausente há uma semana. Nicole e Sérgio têm um filho, Juliano, e os pais de Nicole são vivos. Nessa situação, com relação à curadoria dos bens de Nicole, considerando apenas as informações mencionadas e sabendo-se que todos são capazes e que não possuem nenhum impedimento,

- (A) a curadoria dos bens de Nicole incumbe a Juliano ou, caso recuse a incumbência, aos pais de Nicole, nesta ordem.
(B) os pais de Nicole serão os seus legítimos curadores.
(C) Sérgio será o legítimo curador de Nicole.
(D) Juliano será o legítimo curador de Nicole.
(E) compete ao juiz, de forma discricionária, a escolha do curador de Nicole.

7. (FCC - 2024)

José, contando 85 anos de idade, dirigia seu automóvel, na companhia de sua esposa, Josefa, com 50 anos, não chegando ao destino, e deles não se teve mais notícia. Pedro, pretendendo encontrá-los, fretou um avião, que desapareceu. Nessas circunstâncias, a sucessão definitiva de

8. (FCC - 2025)

São pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) apenas a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios.
(B) a União, os Estados, os Municípios e suas autarquias.
(C) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as empresas públicas por eles criadas.
(D) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, suas autarquias, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.
(E) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as empresas públicas.

9. (FCC - 2022)

Quanto às pessoas jurídicas:

- (A) São livres a criação, organização, estrutura interna e funcionamento das organizações religiosas, podendo porém o Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos se contrários à moral, aos bons costumes e ao consenso social.
(B) São de direito privado, entre outras, as associações, as sociedades, as fundações e as autarquias, excluídas as associações públicas.
(C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
(D) Começa a existência legal daquelas de direito privado com o início efetivo de suas atividades associativas ou empresariais, independentemente de inscrição formal de seus atos constitutivos.
(E) Se tiverem a administração coletiva, as decisões se tomarão pela unanimidade de votos dos presentes, salvo estipulação diversa nos atos constitutivos.

10. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) as fundações, os partidos políticos e as associações públicas.
(B) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Estados estrangeiros.
(C) os partidos políticos e as sociedades controladas pela União.
(D) as autarquias, inclusive as associações públicas.
(E) as fundações e as autarquias, com exceção das associações públicas.

11. (FCC - 2022)

A Defensoria Pública do Mato Grosso foi procurada por uma comunidade denominada "Paconezinho" que reside em bairro ocupado há anos, sem a devida regularização de propriedade. Os usuários pretendem criar uma associação de moradores para defender seus direitos e buscaram orientações a respeito do regime jurídico da aludida modalidade de pessoa jurídica, a qual

- (A) garante a transferência automática da condição de associado aos herdeiros do associado falecido, independentemente de previsão estatutária.
(B) é dispensada legalmente de elaborar estatuto social.

DIREITO PENAL

1. (FCC - 2025)

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- (A) No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.
- (B) No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.
- (C) Na hipótese dos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento do resultado, uma vez que a omissão para essa modalidade de delito necessita de resultado material para ser punível.
- (D) O surgimento de lei penal que determina a abolição de um crime ocasiona a cessação dos efeitos penais, administrativos e civis decorrentes da condenação pelo delito abolido, salvo se eventual indenização em favor da vítima já tenha sido fixada em sentença irrecorrível.
- (E) De acordo com o Código Penal, nas hipóteses de crimes cometidos no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço ou por particular, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, caso seja absolvido no país de cometimento do delito, desde que tenha sido garantido, no processamento da ação estrangeira, o devido processo legal.

2. (FCC - 2022)

O tipo penal

- (A) representa um indício da culpabilidade segundo a teoria materialista objetiva do delito.
- (B) tem sua primeira construção dogmática no finalismo de Hans Welzel.
- (C) demanda o desvalor do resultado para sua existência como elemento do delito.

(A) não praticou qualquer crime, pois se trata de crime funcional.

(B) praticou, em tese, o crime de reprodução ou adulteração de selo.

(C) praticou, em tese, o crime de falsificação do selo ou sinal público.

(D) praticou, em tese, o crime de falsidade ideológica.

(E) não praticou qualquer crime, pois ausentes os elementos objetivos de qualquer tipo penal.

4. (FCC - 2024)

Durante uma abordagem policial por suspeita de prática de crime, José Bonilácio da Silva apresentou-se perante a autoridade policial e subscreveu o Termo de Auto de Prisão em Flagrante Delito e Termo de Qualificação, Vida Pgressa e Interrogatório com o nome de Pedro de Alcântara. Horas depois, quando Benjamin da Silva, filho de José Bonilácio, compareceu à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos sobre a prisão de seu genitor, os agentes públicos verificaram sua certidão de nascimento, ocasião em que constataram o verdadeiro nome do suspeito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, José Bonifácio teria praticado, em tese, o crime de:

(A) falsidade ideológica.

(B) falsidade de identidade.

(C) falsificação de documento público.

(D) uso de documento falso.

(E) supressão de documento.

5. (FCC - 2022)

Atenção: As questão refere-se a Direito Penal.

Considere as hipóteses abaixo:

I. conselheiro tutelar.

II. servidor ocupante de cargo em comissão.

III. mesário eleitoral e jurado em Tribunal do Júri.

IV. funcionário de empresa contratada para prestar atividade atípica da Administração Pública.

V. servidores temporários, contratados sem concurso, por tempo determinado.

Para efeitos penais, considera-se funcionário público as hipóteses previstas unicamente em

(A) I, II, IV e V.

6. (FCC - 2025)

Horácio, policial civil, exercendo suas funções no centro da cidade de Teresina, resolve estacionar a viatura que conduzia em frente a uma lanchonete, a fim de fazer uma refeição. Na ocasião, deixou as chaves na ignição da viatura. Distraído, Horácio não percebe que uma pessoa não identificada ingressou no interior do automóvel e o subtrai do local. Diante da situação hipotética acima descrita, e utilizando somente das informações fornecidas, Horácio

- (A) não poderá ser responsabilizado, pois não praticou nenhum crime.
- (B) praticou o crime de furto qualificado em concurso de pessoas.
- (C) praticou o crime de prevaricação.
- (D) poderá ser responsabilizado pelo crime de condescendência criminosa.
- (E) poderá ser responsabilizado pelo crime de peculato culposos.

7. (FCC - 2024)

Mario, funcionário público de um determinado município brasileiro, era o responsável, em razão do cargo que ocupava, pelas chaves de duas salas onde eram guardadas milhares de vacinas contra a Covid-19 que seriam aplicadas no município. Mario, por um descuido, aqui caracterizando negligência, esquece de trancar as portas das salas no período noturno e cerca de 800 doses de vacina são furtadas, causando um prejuízo financeiro. Mario é indiciado e, posteriormente, denunciado pelo Ministério Público pelo crime de peculato culposos e ao final condenado por este delito pelo juízo de primeiro grau. Mario apresenta recurso de apelação e, durante o trâmite do recurso no E. Tribunal competente, Mario realiza a reparação integral do dano. Neste caso hipotético apresentado,

- (A) Mario não terá direito a qualquer benefício, uma vez que a reparação do dano teria que ter ocorrido até o recebimento da denúncia.
- (B) deverá ser extinta a punibilidade de Mario em razão da reparação do dano.
- (C) o crime de peculato não admite qualquer benefício em razão da reparação do dano.
- (D) a pena privativa de liberdade imposta será reduzida de metade.
- (E) a pena privativa de liberdade imposta será reduzida de 1/3.

8. (FCC - 2022)

9. (FCC - 2024)

Funcionário Público, responsável pela guarda de material permanente (almoxarifado) e controle dos bens de patrimônio de um TRT, subtraiu microcomputador, o qual estava em sua posse em razão do cargo, ocultando-o em sua mochila ao sair do prédio do Tribunal. Para dissipar sua conduta, o funcionário público alterou indevidamente dados corretos do banco de dados em uso de todo o Departamento, com o objetivo de desviar a atenção e a suspeita de sua conduta anterior. Em tese, as condutas configuram, respectivamente, os crimes de

- (A) condescendência criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informações.
- (B) peculato e inserção de dados falsos em sistema de informações.
- (C) inserção de dados falsos em sistema de informações e peculato mediante erro de outrem.
- (D) peculato culposos e inserção de dados falsos em sistema de informações.
- (E) inserção de dados falsos em sistema de Informações e peculato.

10. (FCC - 2025)

Ricardo e Rodolfo, policiais militares de um determinado Estado brasileiro, durante patrulhamento regular realizado no município "X", surpreendem Caio chegando a um local conhecido por ser ponto de venda de drogas, trazendo consigo em sua mochila 10 kg de cocaína para abastecimento daquela "biqueira". No ato da abordagem, Ricardo e Rodolfo, após localizarem a grande quantidade de substância entorpecente, exigem do abordado Caio o pagamento da quantia de R\$ 50.000,00 para irem embora e não o conduzir em preso em flagrante perante a Autoridade Policial por crime de tráfico de drogas. Nesse caso, Ricardo e Rodolfo cometeram, em tese, crime de

- (A) corrupção passiva.
- (B) concussão.
- (C) corrupção ativa.
- (D) peculato.
- (E) excesso de exação.

11. (FCC - 2024)

João, investigador de polícia, demonstrou interesse em adquirir um aparelho celular em uma página na internet, anunciado por Paulo, proprietário do telefone. No local combinado para a transação, João pediu para que Paulo exibisse a nota fiscal do produto. Paulo, então, informou que não mais possuía o documento, ocasião em que João lhe deu voz de prisão, acusando-o da prática de

DIREITO EMPRESARIAL

1. (FCC - 2024)

A Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores estabelecem os critérios de avaliação de ativos. Nesse contexto, esclarece o que deve ser compreendido por valor justo para cada natureza de ativo que pode ser mensurado desta forma. Assim, analise as assertivas a seguir:

I.O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.

II.O valor justo dos bens ou direitos destinados à venda é o preço bruto de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos.

III.O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação compulsória realizada entre partes dependentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

2. (FCC - 2024)

Fernando dedica-se ao exercício de profissão intelectual. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Fernando

- (A) não será considerado empresário, mesmo que conte com o concurso de auxiliares ou colaboradores, inclusive se O exercício da profissão constituir elemento de empresa, sendo vedada a sua inscrição no Registro Público de Empresas.
- (B) não é considerado empresário, mesmo que conte com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será obrigatória.
- (C) será considerado empresário somente se contar com o concurso de auxiliares ou colaboradores, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será obrigatória.

(D) não é considerado empresário, mesmo que conte com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será facultativa.

(E) será considerado empresário somente se contar com o concurso de auxiliares ou colaboradores, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será facultativa.

3. (FCC - 2022)

Em relação à caracterização e à inscrição do empresário:

- (A) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, mesmo antes de inscrito, será equiparado ao empresário sujeito a registro.
- (B) Prescinde-se para a caracterização do empresário o exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
- (C) Faculta-se a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início ou no curso de sua atividade.
- (D) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- (E) Não se caracteriza como empresário quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, sem exceção, a não ser que o faça com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

4. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, o empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão

- (A) pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

(B) deve, obrigatoriamente, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

(C) pode requerer inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

(D) deve, obrigatoriamente, requerer inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

(E) pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, mas, mesmo depois de inscrito, não se equipara ao empresário sujeito a registro.

5. (FCC - 2022)

De acordo com o regramento do direito de empresa no Código Civil,

(A) não poderá ser considerado empresário quem exercer atividade intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

(B) é desnecessária a outorga conjugal para alienação dos imóveis que integram o patrimônio da empresa de empresário casado, independentemente do regime de bens adotado no casamento.

(C) a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede só é obrigatória após o início da atividade empresarial.

(D) os cônjuges podem constituir sociedade empresária entre si, independentemente do regime de bens adotado.

(E) a pessoa menor de 16 (dezesesseis) anos está impedida de integrar sociedade empresarial, tendo em vista que é absolutamente incapaz.

6. (FCC - 2025)

O estabelecimento empresarial, na classificação dos bens, considera-se

(A) pertença.

(B) bem fungível e consumível.

(C) uma universalidade de direito.

(D) uma pessoa jurídica.

(E) uma universalidade de fato.

7. (FCC - 2024)

No Direito Empresarial, considera-se estabelecimento

(A) apenas o local físico onde se exerce a atividade empresarial.

(B) o complexo de bens agregado para exercício da empresa, nele compreendidos, entre os corpóreos, as mercadorias, e entre os incorpóreos, o ponto comercial.

(C) o complexo de bens corpóreos para o exercício da empresa, excluindo-se o ponto comercial, salvo se o imóvel pertencer ao mesmo empresário.

(D) a pessoa jurídica constituída de apenas um titular.

(E) o local eleito para domicílio da pessoa jurídica.

8. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, o estabelecimento do empresário

(A) não pode ser objeto de usufruto.

(B) não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.

(C) só pode ser alienado por instrumento público.

(D) pode ser objeto de arrendamento, que não impede o arrendante de fazer concorrência ao arrendatário, salvo se expressamente proibido de fazê-lo pelo contrato.

(E) pode ser objeto unitário de negócios jurídicos translativos, mas não constitutivos.

9. (FCC - 2021)

Mediante contrato firmado por instrumento particular, João, empresário regularmente inscrito no Registro de Empresas, arrendou o seu estabelecimento empresarial a Ricardo. De acordo com o Código Civil, esse contrato

(A) é nulo, por desobediência da forma prescrita em lei, dado que o arrendamento de estabelecimento empresarial exige instrumento público.

(B) é nulo, por ilicitude do objeto, dado que o estabelecimento empresarial não pode ser objeto de arrendamento, mas apenas de alienação e usufruto.

(C) implica a proibição, para João, durante o prazo de vigência do arrendamento, de fazer concorrência a Ricardo, salvo previsão expressa em sentido contrário.

MICROECONOMIA

1. (2024)

Analise as afirmativas a seguir:

I. Microeconomia ou Teoria de Formação de Preços, examina a formação de preços em mercados específicos, ou seja, como consumidores e empresas interagem no mercado e como decidem os preços e a quantidade para satisfazer a ambos simultaneamente

II. Macroeconomia, estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados nacionais, como o produto interno bruto (PIB), o investimento agregado, a poupança agregada, o nível geral de preços, entre outros. Seu enfoque é basicamente de curto prazo

III. Operações com mercado aberto (open market), consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2. (2024)

Assinale a opção que indica como a diferença entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico é definida.

- (A) Crescimento econômico refere-se ao aumento da produção total de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo, enquanto desenvolvimento econômico refere-se às melhorias qualitativas e institucionais na qualidade de vida e bem-estar da população.
- (B) Crescimento econômico diz respeito à redução das desigualdades de renda e riqueza entre os indivíduos de uma sociedade, enquanto desenvolvimento econômico diz respeito ao aumento da produção total de bens e serviços.

(C) Crescimento econômico e desenvolvimento econômico são termos intercambiáveis que descrevem o mesmo fenômeno de aumento da atividade econômica em uma sociedade.

(D) Crescimento econômico e desenvolvimento econômico referem-se ambos à expansão da infraestrutura física de uma economia, incluindo estradas, escolas e hospitais.

3. (2024)

A Economia Brasileira atravessa um importante momento de implementação de um novo modelo tributário que exigirá mudanças cujos impostos precisarão ser avaliados cuidadosamente pois afetarão a economia como um todo. As interações entre diferentes mercados e setores deverão ser cautelosamente analisadas nesse processo. Para apoiar essas avaliações é preciso um profundo conhecimento da Teoria

- (A) de Estatística Inferencial.
- (B) de Estatística Descritiva.
- (C) Microeconômica de Equilíbrio Geral.
- (D) Macroeconômica de Equilíbrio Parcial.
- (E) dos Jogos.

4. (2022)

São remunerações do trabalho, da terra e do capital, respectivamente,

- (A) lucro, valor de mercado e juros.
- (B) salário, aluguel, e juros e lucros.
- (C) participação nos lucros, juros de financiamento e lucro.
- (D) salário, juros e lucros, e aluguel.
- (E) remuneração, aluguel e aluguel.

5. (2025)

Considerada a expectativa de que o preço da soja aumente daqui a 6 meses, é correto afirmar que, na visão do produtor, no mercado da soja, hoje,

- (A) permanecem inalteradas a oferta e demanda da soja.
- (B) haverá um deslocamento da curva de oferta para esquerda, definindo-se um novo ponto de equilíbrio com preços mais elevados.

- (C) haverá um deslocamento da curva de oferta para direita, definindo-se um novo ponto de equilíbrio com preços mais baixos.
 (D) haverá um deslocamento ao longo da curva de oferta a preços mais altos.
 (E) haverá um deslocamento ao longo da curva de oferta a preços mais baixos.

6. (2025)

Hipoteticamente, o governo passa a adotar uma política de expansão de crédito para compra de geladeiras, que, no curto prazo, movimentará a curva de demanda para a direita. Por sua vez, a curva de oferta tende a ser mais inelástica, e inicialmente o movimento previsto seria

- (A) um deslocamento, proporcionalmente, maior à esquerda.
 (B) um deslocamento, proporcionalmente, maior à direita.
 (C) um aumento no preço dos bens substitutos.
 (D) uma queda no preço das geladeiras.
 (E) um deslocamento ao longo da curva.

7. (2025)

Considere o mercado de notebooks. Dois choques ocorrem simultaneamente:

1. Queda no preço de desktops, um bem substituto dos notebooks.
2. Redução no custo de microchips, insumo essencial para produzir notebooks.

Assumindo curvas de demanda e oferta bem-comportadas (decrecente e crescente, respectivamente), o efeito esperado sobre o preço e a quantidade, ambos de equilíbrio, de notebooks é o seguinte:

- (A) o preço cai e a quantidade aumenta.
 (B) o preço cai e a mudança da quantidade é indeterminada.
 (C) o preço sobe e a mudança da quantidade é indeterminada.
 (D) a mudança do preço é indeterminável e a quantidade aumenta.
 (E) a mudança do preço é indeterminável e a quantidade diminui.

8. (2024)

Considere uma economia de dois bens. Se um bem é normal, então o outro bem será necessariamente

- (A) normal.
 (B) inferior.
 (C) normal ou inferior.

- (D) independente do bem normal definido no enunciado.
 (E) de luxo.

9. (2024)

Suponha a seguinte estrutura de oferta e demanda por arroz: Oferta: $Q_s = 10 + P$, em que Q_s é a quantidade ofertada.

Demanda: $Q_d = 20 - P$, em que Q_d é a quantidade demandada. A variável P representa o preço do arroz.

Assuma que este seja o cenário 1. No cenário 2, ocorre um choque de oferta negativo, que desloca paralelamente a oferta em 5 unidades. O preço de equilíbrio nos cenários 1 e 2, respectivamente, é igual a

- (A) 5 e 10.
 (B) 5 e 7,5.
 (C) 15 e 12,5.
 (D) 15 e 20.

10. (2024)

Em um mercado de concorrência perfeita, a curva de oferta de uma empresa é a relação entre o preço de determinado bem, conforme definido pelo equilíbrio de mercado, e a quantidade desse bem ofertada pela empresa àquele preço. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta um dos fatores que podem fazer diretamente a oferta de uma empresa aumentar.

- (A) redução da produção de energia elétrica
 (B) aumento no custo do frete
 (C) aumento da renda do consumidor
 (D) redução no preço da matéria-prima
 (E) aumento no preço de um bem complementar no consumo

11. (2024)

Pode-se afirmar, corretamente, que, quando o preço de um bem aumenta, mantendo tudo o mais constante, a demanda do mesmo bem diminui **exceto** quando se tratar de

- (A) bens substitutos.
 (B) bens complementares.
 (C) bens de Giffen.
 (D) bens inferiores.
 (E) bens de luxo.

ECONOMIA DA TRIBUTAÇÃO

1. (2025)

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção que apresenta a característica essencial do imposto como espécie tributária.

- (A) Possui fato gerador desvinculado de qualquer atividade estatal específica, em relação ao contribuinte.
- (B) Incide sobre a utilização de serviços públicos específicos e divisíveis.
- (C) Depende de prévia afetação para aplicação em órgãos específicos.
- (D) É vinculado ao exercício regular do poder de polícia.
- (E) É destinado exclusivamente à segurança e à educação públicas.

2. (2025)

A tributação é um mecanismo para reduzir ou agravar as desigualdades socioeconômicas, na medida em que interfere na disponibilidade de renda dos indivíduos.

Sobre esse tema, associe os conceitos apresentados a seguir aos respectivos regimes de tributação.

- 1. (Imposto Neutro.)
- 2. (Imposto Progressivo.)
- 3. (Imposto Regressivo.)

() O imposto implementado não afeta a distribuição de renda, pois o ônus tributário é igual para todas as camadas da população.

() Caracteriza-se pela adoção de alíquotas marginais que diminuem a renda disponível, mantendo uma relação crescente entre a renda e o imposto a pagar.

() As alíquotas marginais dos impostos aumentam a renda disponível (impostos pró-cíclicos), ou seja, a relação entre o imposto a pagar e a renda decresce com o aumento da renda

Assinale a opção que apresenta a relação **correta**, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 1 – 3 – 2.

3. (2025)

O artigo 16 do Código Tributário Nacional (CTN) preconiza: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa aos contribuintes”.

Sobre os impostos:

- (A) São classificados como diretos aqueles cujo fato gerador incide sobre o contribuinte de direito, sem que haja possibilidade de transferir o encargo fiscal a quem quer que seja.
- (B) Os cumulativos incidem várias vezes na fase de circulação do bem, computando ou deduzindo o valor que já incidiu nas fases anteriores.
- (C) Quando classificados como indiretos, têm como identidade o contribuinte de fato e de direito.
- (D) Tanto os impostos pessoais quanto os reais incidem sobre pessoas e bens.
- (E) Serão progressivos os que se caracterizam pela diminuição da alíquota numa proporção direta ao aumento da base de cálculo.

4. (2024)

Considere os princípios de equidade e eficiência no sistema tributário.

Aponte qual das seguintes opções melhor explica o impacto dos impostos progressivos e regressivos sobre a distribuição de renda e a alocação de recursos na economia:

- (A) Os impostos progressivos, ao aumentarem a carga tributária proporcionalmente com a renda, tendem a reduzir as desigualdades de renda, mas podem desencorajar a geração de riqueza e investimento devido à maior tributação sobre os rendimentos mais altos.
- (B) Impostos regressivos promovem a eficiência econômica ao incentivar a poupança e o investimento entre os contribuintes de alta renda, pois impõem uma carga tributária menor sobre os rendimentos mais elevados, contribuindo assim para o crescimento econômico.
- (C) Impostos proporcionais, sendo uma forma de tributação indireta, são considerados mais eficientes do que os impostos progressivos e regressivos,

pois não alteram o comportamento econômico dos contribuintes, independentemente de sua faixa de renda.

(D) Os impostos diretos são inerentemente regressivos, pois incidem diretamente sobre os rendimentos e bens dos contribuintes, aumentando a carga tributária sobre os contribuintes de menor renda em termos relativos.

(E) Impostos regressivos, ao diminuírem a carga tributária como proporção da renda à medida que a renda aumenta, exacerbam as desigualdades de renda, mas são considerados mais eficientes em termos de coleta e conformidade tributária.

5. (2024)

A respeito dos conhecimentos sobre impostos e taxas, é **correto** afirmar:

(A) Em casos específicos, previstos na legislação, as taxas podem ter base de cálculo própria de impostos.

(B) Para atender ao princípio da proporcionalidade, as taxas podem ser calculadas em função do capital das empresas.

(C) Os impostos são cobrados em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

(D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e não podem ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

(E) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

6. (2024)

O art. 16 do Código Tributário Nacional define “o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Essa modalidade de tributo é chamada de

(A) Imposto.

(B) Taxa.

(C) Contribuição de Melhoria.

(D) Contribuição Social.

(E) Moratória.

7. (2024)

O tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte é denominado

(A) contribuição de melhoria.

(B) empréstimo compulsório.

(C) imposto.

(D) taxa.

8. (2023)

A Constituição Federal de 1988 prevê a competência dos estados para instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, bem como que esse imposto poderá ser seletivo. Quanto ao gás natural, nos termos do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal de 1988, para fins de incidência desse imposto, essa seletividade decorre

(A) de onde é extraído.

(B) de sua essencialidade.

(C) da possibilidade de seu uso ser cobrado de forma individual.

(D) de ser produto da exploração de petróleo e gás.

(E) de ser supérfluo.

9. (2022)

Se determinado imposto for cobrado segundo a fórmula R\$ 1,00 por maço de cigarro, independentemente do preço que o maço de cigarro seja vendido, tal imposto será classificado como:

(A) ad valorem.

(B) lump sum.

(C) específico.

(D) progressivo.

(E) único.

10. (2022)

O tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, é denominado de:

(A) Imposto.

(B) Contribuição de Melhoria.

(C) Taxa.

(D) Tarifa.

MACROECONOMIA

1. (2023)

O estudo da macroeconomia se encarrega de analisar o comportamento dos grandes agregados como nível geral de preços, renda e produtos, emprego e desemprego, taxa de juros, estoque de moeda, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

No relacionamento entre estes agregados macroeconômicos e a gestão de um órgão público, é correto afirmar:

- 1- Um órgão público se encontra fora do contexto macroeconômico.
- 2- A taxa de juros em nada afeta a gestão de um órgão público.
- 3- A taxa de câmbio serve somente para as exportações e não afeta a gestão pública.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) É correta apenas a afirmativa 1.
- (B) É correta apenas a afirmativa 2.
- (C) É correta apenas a afirmativa 3.
- (D) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- (E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

2. (2025)

Analise os seguintes dados hipotéticos relativos às contas nacionais de determinado país. (Valores em milhões de reais.)

Consumoprivado.....	1000
Investimentoprivado.....	350
Consumo do governo + Investimento do governo.....	100
Exportação de bens e serviços.....	150
Importação de bens e serviços.....	100
Pagamento de juros relativos à dívida interna.....	50
Recebimento de renda oriunda do exterior pelos agentes privados domésticos.....	50
Envio de renda para o exterior pelos agentes privados domésticos.....	100
Tributos.....	50

Considerando exclusivamente os dados fornecidos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Produto Interno Bruto (PIB) é igual a 1600.
 - () A variação das reservas cambiais é igual a 150.
 - () A poupança privada é igual a 550.
- A sequência está correta em
- (A) F, V, F.
 - (B) F, F, V.
 - (C) V, V, F.
 - (D) F, V, V.
 - (E) F, F, F.

3. (2025)

A condição geral da economia afeta a todos nós, as mudanças das variáveis econômicas são muito noticiadas na imprensa. De fato, é difícil ler um jornal ou acessar as redes sociais sem ver alguma estatística sobre a economia. Sandro, um jovem roraimense, sempre está atento às notícias sobre economia tanto na televisão como na internet. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto às estatísticas que o jovem Sandro acompanha na mídia e que são consideradas estatísticas macroeconômicas.

- (A) Produto interno bruto, lucros das empresas, taxa de desemprego.
- (B) Participação de mercado das empresas, taxa de inflação e pesquisa de orçamento familiar.
- (C) Concentração de mercado das empresas, produto interno bruto e demografia.
- (D) Produto interno bruto, taxa de desocupação e taxa de inflação.
- (E) Exportações e importações, taxa de desocupação e pesquisa de satisfação de determinado produto ou serviço.

4. (2025)

Texto 2A3

Em uma economia hipotética, o produto interno bruto a preços de mercado foi mensurado no valor de \$ 300, as rendas dos residentes e das firmas domésticas auferidas no exterior foram de \$ 40, as rendas obtidas no país pelos não residentes e pelas firmas estrangeiras

foram de \$ 75, a depreciação foi estimada em \$ 30, os impostos indiretos totalizaram \$ 100, e as transferências indiretas foram de \$ 30.

O valor do produto nacional líquido a preço de mercado da economia hipotética referida no texto 2A3 é igual a

- (A) \$ 235.
- (B) \$ 225.
- (C) \$ 270.
- (D) \$ 265.
- (E) \$ 295.

5. (2024)

Considerando os conceitos básicos da teoria econômica relacionados ao produto interno bruto (PIB), assinale a opção **correta**.

- (A) A soma dos valores dos bens e serviços finais produzidos internamente é igual à soma das remunerações dos fatores de produção.
- (B) Os estoques não entram no cálculo do PIB, pois não foram vendidos.
- (C) A soma de salários, juros, lucros e dividendos fornece o PIB a preços de mercado.
- (D) O valor da venda de um apartamento usado não entra no cálculo do PIB, mas o valor referente à corretagem, sim.
- (E) Os gastos do governo entram no PIB com sinal negativo.

6. (2024)

Em relação às identidades e agregados macroeconômicos, assinale a opção que indica o conceito descrito **incorretamente**.

- (A) Excedente Operacional Bruto = PIB a custo de fatores – Salários, segundo a Conta do Produto Interno.
- (B) PIB a custo de fatores = PIL a custo de fatores + depreciação.
- (C) PNB a preços de mercado = PIB a preços de mercado – Renda Líquida Enviada ao exterior.
- (D) PIB a preços de mercado = PIB a custo de fatores + Impostos Indiretos – Subsídios.
- (E) PIL a custo de fatores = Juros + Lucros + Aluguéis + Salários.

7. (2024)

Leia o texto a seguir.

PIB: consumo das famílias avança 3,1% em 2023

O consumo das famílias no Brasil avançou 3,1% em 2023 em relação ao ano anterior, segundo os dados do PIB divulgados nesta sexta-feira, 1, pelo IBGE.

Disponível em <<https://veja.abril.com.br/economia/pib-consumo-das-familias-avanca-31-em-2023>>. Acesso em: 07 abr. 2024

A alternativa que corresponde aos determinantes da demanda das famílias é:

- (A) renda das famílias mais propensão marginal a consumir.
- (B) renda das famílias.
- (C) renda disponível mais propensão marginal a consumir.
- (D) renda disponível mais propensão marginal a poupar.
- (E) renda disponível.

8. (2024)

A medida do PIB é uma medida que:

- (A) exclui os bens e serviços utilizados como insumo para a produção de outros produtos.
- (B) inclui os bens e serviços utilizados como insumo para a produção de outros produtos.
- (C) exclui apenas os bens utilizados como insumo para a produção de outros produtos.
- (D) inclui os bens utilizados como insumo para a produção de outros produtos.

9. (2023)

A demanda ou procura agregada de bens e serviços (DA) é a soma dos gastos planejados dos quatro agentes macroeconômicos, que se expressa pela seguinte fórmula:

- C - despesas das famílias com bens de consumo I - gastos das empresas com investimentos
- G - gastos do governo X - exportações
- M - importações.
- (A) $DA = C + I + G / (X + M)$
- (B) $DA = C + I + G + (X - M)$
- (C) $DA = C \times I \times G + (X - M)$
- (D) $DA = C + I + G - (X + M)$
- (E) $DA = C + I + G - (X - M)$

10. (2023)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 registrou um crescimento de 2,9% em relação ao

CONTABILIDADE GERAL

1. (FCC - 2012)

Uma entidade com fins lucrativos iniciou suas atividades em 02/02/2011 com um total de ativos equivalentes a R\$ 650.000,00, correspondentes à integralização de capital por parte dos sócios em bens e direitos. Até 31-12-2011, em relação à situação original, o total de ativos dobrou de valor e o patrimônio líquido aumentou de valor em 60%. O valor do Passivo dessa na referida data correspondeu, em R\$, a:

- (A) 650.000,00.
- (B) 390.000,00.
- (C) 260.000,00.
- (D) 1.040.000,00.
- (E) 820.000,00.

2. (FCC - 2009)

Ao examinar o Balanço Patrimonial de uma entidade verifica-se que o total do Passivo é superior ao total do Ativo. Neste caso, essa demonstração evidencia

- (A) um Ativo com valor negativo.
- (B) um Patrimônio Líquido positivo.
- (C) a obtenção de um resultado nulo no período examinado.
- (D) um Passivo a descoberto.
- (E) que as Receitas obtidas do período são maiores que as Despesas.

3. (FCC - 2009)

O valor de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-lo e colocá-lo em condições de gerar benefícios para a entidade representa um parâmetro correto para seu registro contábil. Essa afirmação está de acordo com o seguinte Princípio Fundamental de Contabilidade:

- (A) Oportunidade.
- (B) Entidade.
- (C) Conservadorismo.
- (D) Prudência.
- (E) Registro pelo Valor Original.

4. (FCC - 2019)

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, dentre outras coisas, aborda as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Em relação a essas características, considere:

I. A característica materialidade é um aspecto específico da relevância.

II. Uma realidade para ser considerada fidedigna deve ser completa, neutra e livre de erro.

III. Para auxiliar os usuários a tomarem boas decisões, as informações devem ser materiais ou fidedignas.

IV. Comparabilidade e tempestividade são características qualitativas de melhoria.

Em relação às características qualitativas, está correto o que consta APENAS de

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

5. (FCC - 2012)

Na mensuração dos ativos a custo corrente os ativos (A) monetários são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalente de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordinária.

(B) são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa, que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações.

(C) são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição.

(D) são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço.

(E) são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor atualizado dos recursos entregues para adquiri-los na data da alienação.

6. (FCC - 2024)

Uma empresa realizou as transações descritas a seguir:

- Transação 1: Gasto à vista de R\$ 100.000,00 com pesquisa para criação de ativo intangível (software) gerado internamente.
- Transação 2: Reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de R\$ 65.000,00.
- Transação 3: Reconhecimento pela empresa investidora do montante recebido de dividendos da empresa investida, sendo que sua participação corresponde a 15% e o valor total de dividendos distribuídos foi de R\$ 80.000,00.
- Transação 4: Aquisição de Ativo Imobilizado à vista por R\$ 280.000,00 sendo que neste valor está incluso R\$ 32.000,00 de impostos de importação.
- Transação 5: Reconhecimento de Passivo Contingente derivado de processo trabalhista, cuja saída de recursos econômicos é tida como possível e o valor correspondente é de R\$ 160.000,00.

Com base apenas nas informações fornecidas, o correto lançamento contábil da respectiva transação é apresentado em:

- (A) Transação 5: Crédito de R\$ 160.000,00 em Passivo Contingente; Débito de R\$ 160.000,00 em Despesa com Passivo Contingente.
- (B) Transação 1: Débito de R\$ 100.000,00 em Ativo Intangível; Crédito de R\$ 100.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.
- (C) Transação 2: Débito de R\$ 65.000,00 em PECLD; Crédito de R\$ 65.000,00 em Contas a Receber.
- (D) Transação 3: Crédito de R\$ 12.000,00 em Receita de Dividendos; Débito de R\$ 12.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.
- (E) Transação 4: Débito de R\$ 248.000,00 em Ativo Imobilizado; Débito de R\$ 32.000,00 em Impostos de Importação; Crédito de R\$ 280.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

7. (FCC - 2007)

Em relação às formalidades da escrituração contábil previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, é correto afirmar:

- (A) É proibido o uso de códigos ou de abreviaturas nos históricos dos lançamentos no livro Diário.
- (B) Poderão ocorrer borrões ou rasuras na escrituração, desde que apoiadas por justificativa por escrito do contabilista responsável.
- (C) É dispensada a transcrição do Balanço e das demais demonstrações contábeis no livro Diário, já que este contém os lançamentos que originaram sua elaboração.
- (D) É proibida a escrituração por processo eletrônico, salvo se autorizada pela Junta Comercial.
- (E) É permitida a escrituração do Livro Diário em partidas mensais, desde que apoiada por registro analítico em livros auxiliares.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

1. (FCC - 2025)

Considere uma regressão linear simples da forma $y_i = b_0 + b_1 x_i + e_i$, onde b_0 e b_1 são parâmetros a serem estimados e e_i o termo aleatório, com média 0 e desvio-padrão σ^2 . Sabe-se que a média dos valores de $X_i = 10$ e a média dos valores de $Y_i = 50$. Utilizando o método dos mínimos quadrados, o valor estimado de b_1 foi 4, então o valor estimado do intercepto (b_0) é dado por

- (A) 20
- (B) 30
- (C) 10
- (D) 40
- (E) 15

2. (FCC - 2025)

Considere uma regressão linear simples da forma $y_i = b_0 + b_1 x_i + e_i$, onde b_0 e b_1 são parâmetros a serem estimados e e_i o termo aleatório, com média 0 e desvio-padrão σ^2 . Sabe-se que a média dos valores de $x_i = 10$ e a média dos valores de $y_i = 50$. Utilizando o método dos mínimos quadrados, o valor estimado de b_1 foi 4, então o valor estimado do intercepto (b_0) é dado por

- (A) 40
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 30
- (E) 10

3. (FCC - 2025)

Em uma regressão linear simples da forma $Y = \beta_0 + \beta_1 X + e$, onde e é um erro aleatório com média zero e variância constante, um ajuste pelo método dos mínimos quadrados com 30 observações forneceu o valor estimado de 1,8 para o coeficiente angular β_1 . O desvio padrão de Y é exatamente o dobro do desvio padrão de X , então o coeficiente de correlação entre X e Y é dado por

- (A) 0,45
- (B) 0,50
- (C) 0,75
- (D) 0,90
- (E) 0,60

4. (FCC - 2025)

Um analista ajustou uma regressão linear simples pelo método dos mínimos quadrados com equação estimada resultante na forma $y = 250 + 0,6x$. O ponto observado $x = 50$ possui um resíduo igual a -10, então o valor observado de Y nesse ponto é

- (A) 230
- (B) 270
- (C) 240
- (D) 290
- (E) 220

5. (FCC - 2022)

Considere uma amostra aleatória de n pares de valores de duas variáveis, X_i e Y_i , com $i = 1, 2, \dots, n$ e admitindo-se que Y é função linear de X , pode-se estabelecer uma regressão linear simples da forma $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + e_i$, onde β_0 e β_1 são parâmetros desconhecidos, X é a variável independente e Y é a variável dependente. O erro e_i é uma série de valores independentes e identicamente distribuídos com $e_i \sim N(0, \sigma^2)$.

No modelo de regressão linear simples

(A) as estimativas de β_0 e β_1 obtidas pelo método dos mínimos quadrados são não tendenciosas e de variância mínima sem necessidade de que os erros tenham variância constante (homoscedasticidade).

(B) a estimativa de máxima verossimilhança para a variância do erro, σ^2 , é viesada.

(C) a média dos valores observados de Y é diferente da média dos valores estimados de Y .

(D) a soma dos produtos dos erros pelos respectivos valores estimados de Y , $\sum_{i=1}^n \hat{Y}_i e_i$, é diferente de zero.

(E) as estimativas de β_0 e β_1 obtidas pelo método dos mínimos quadrados são idênticas às obtidas pelo método de máxima verossimilhança nos casos em que a distribuição dos erros não é normal.

6. (FCC - 2022)

Para responder a questão., considere as informações abaixo.

Considerando uma amostra aleatória de n pares de valores de duas variáveis, X_i e Y_i , com $i = 1, 2, \dots, n$ e admitindo-se que Y é função linear de X , pode-se estabelecer uma regressão linear simples da forma $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + e_i$, onde β_0 e β_1 são parâmetros desconhecidos, X é a variável independente e Y é a variável dependente. O erro e_i é uma série de valores independentes e identicamente distribuídos com $e_i \sim N(0, \sigma^2)$.

Considere uma amostra aleatória de 10 pares de valores de duas variáveis, X_i e Y_i , com $i = 1, 2, \dots, 10$.

Dado que $\sum_{i=1}^{10} x_i = 120$, $\sum_{i=1}^{10} y_i = 2000$; $\sum_{i=1}^{10} x_i^2 = 1490$; $\sum_{i=1}^{10} y_i^2 = 403300$ e $\sum_{i=1}^{10} xy = 24330$

A estimação dos parâmetros β_0 e β_1 pelo método dos mínimos quadrados fornece, respectivamente, os valores

(A) $\hat{\beta}_0 = 120,8$ e $\hat{\beta}_1 = 6,6$

(B) $\hat{\beta}_0 = 80,4$ e $\hat{\beta}_1 = 4,6$

(C) $\hat{\beta}_0 = 66,5$ e $\hat{\beta}_1 = 6,6$

(D) $\hat{\beta}_0 = 100,2$ e $\hat{\beta}_1 = 5,6$

(E) $\hat{\beta}_0 = 120,8$ e $\hat{\beta}_1 = 5,6$

7. (FCC - 2023)

Um conjunto de dados amostrais foram ajustados a um modelo de regressão linear múltipla da forma $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \beta_3 X_{i3} + e_i$. Todos os pressupostos necessários para a validade do modelo foram verificados e atendidos. β_0 , β_1 , β_2 e β_3 são parâmetros desconhecidos e e_i corresponde ao erro aleatório da i -ésima observação com distribuição $N(0, \sigma^2)$. Uma amostra de 24 observações forneceu um coeficiente de determinação múltiplo, R^2 , igual a 0,8. Nesse caso, o coeficiente de determinação ajustado é igual a

(A) 0,77

(B) 0,90

(C) 0,67

(D) 0,52

(E) 0,44

AUDITORIA

1. (FCC - 2022)

A auditoria de conformidade conduzida no setor público envolve três partes distintas, que são:

- (A) a parte responsável, o auditor e o usuário previsto.
- (B) o auditor, o sistema e o programa de auditoria.
- (C) o planejamento do teste, a definição da amostragem e o usuário previsto.
- (D) o plano de testes, o chefe do departamento auditado e o auditor chefe.
- (E) a programação, a execução da auditoria e o relatório aprovado.

2. (FCC - 2025)

De acordo com as normas de auditoria governamental, a abrangência da atuação da auditoria governamental é caracterizada por:

- (A) Priorizar unicamente a avaliação da economicidade e eficiência no uso dos recursos (auditoria operacional), considerando os aspectos de conformidade legal e fidedignidade contábil como secundários e abordados apenas se houver indícios de fraude.
- (B) Limitar-se à verificação da adequação do sistema de controles internos (SCI) e ao exame documental dos processos, sem abranger a avaliação de políticas, programas, ou a análise de resultados e impactos das ações governamentais.
- (C) Ser ampla e integrada, englobando tanto as auditorias de regularidade (que verificam aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e de cumprimento legal) quanto as auditorias operacionais (que avaliam o desempenho segundo critérios como economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade), aplicáveis a diversas entidades e programas da Administração Pública.
- (D) Focar-se exclusivamente na auditoria de regularidade, verificando a conformidade legal e a correção dos registros contábeis, orçamentários e financeiros, sem adentrar na análise de desempenho ou resultados de políticas públicas, que são de competência exclusiva da gestão.

(E) Restringir-se às entidades da Administração Direta Federal, excluindo órgãos estaduais, municipais, empresas estatais e entidades privadas que gerenciam recursos públicos, concentrando-se primordialmente nos aspectos formais de legalidade.

3. (FCC - 2025)

As características essenciais de um relatório de auditoria do setor público devem

- (A) ter clareza, objetividade e ser respaldadas por evidências suficientes e apropriadas.
- (B) conter técnicas complexas que só possam ser compreendidas por especialistas.
- (C) ser baseadas em opiniões pessoais do auditor, sem necessidade de evidências.
- (D) atender exclusivamente às necessidades da entidade auditada.
- (E) ser redigidas em forma de relatório direto, sendo opcional informar as limitações ao escopo da auditoria.

4. (FCC - 2025)

O planejamento da auditoria é uma etapa essencial para assegurar a obtenção de evidência apropriada e suficiente, de forma eficaz e eficiente. Em atenção as normas e as melhores práticas,

- (A) a existência de auditoria interna na entidade auditada é irrelevante para o planejamento do auditor externo, dado que os objetivos e a independência desses profissionais são distintos.
- (B) o planejamento da auditoria deve incluir a definição da estratégia global do trabalho, bem como o desenvolvimento do programa de auditoria, considerando fatores como risco, materialidade, natureza dos controles internos e conhecimento prévio da entidade.
- (C) o planejamento da auditoria é uma etapa estanque, que ocorre antes da execução do trabalho de campo e não deve ser modificado após o início dos procedimentos substantivos.

(D) o conhecimento prévio da estrutura organizacional da entidade auditada é irrelevante na fase de planejamento, sendo mais apropriado para a fase de avaliação de controles internos.

(E) a definição da materialidade e a avaliação de riscos são atividades que, embora relevantes, não integram formalmente a fase de planejamento da auditoria.

5. (FCC - 2024)

No procedimento de planejamento de auditoria das demonstrações contábeis, o auditor deve:

- I. avaliar a ocorrência de distorções relevantes.
- II. estabelecer uma estratégia global de auditoria.
- III. compreender o ambiente regulatório aplicável à entidade.

Está **correto** o que é apresentado em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, somente.

6. (FCC - 2022)

Um auditor, na fase de planejamento dos trabalhos, com base nas características da população relevante para a auditoria, definiu sua amostragem nos seguintes parâmetros:

- contratos mediante competição entre fornecedores: 20%
- contratos diretos, sem competição entre fornecedores: 40%
- parcerias: 25%
- gratuidades: 40%

Após, estabeleceu um valor monetário para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor não fosse excedido pela distorção real da população:

- contratos mediante competição entre fornecedores: R\$ 300.000,00
- contratos diretos, sem competição entre fornecedores: R\$ 500.000,00
- parcerias: R\$ 200.000,00
- gratuidades: R\$ 100.000,00

O estabelecimento de certos limites na condução dos trabalhos de auditoria pelo próprio auditor, no contexto do caso citado, nos termos regulados pela NBC TA 200 (R1),

- (A) não infringe as normas de auditoria, uma vez que o auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero.

(B) não infringe as normas de auditoria, uma vez que, se verificado erro no planejamento, o auditor pode renunciar ao trabalho de auditoria em qualquer caso.

(C) infringe as normas de auditoria, pois estabelecer limites aos trabalhos de auditoria fere os princípios fundamentais da ética profissional.

(D) infringe as normas de auditoria, pois não há previsão normativa para a não observação de uma NBC TA.

(E) infringe as normas de auditoria, pois o auditor deve obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro.

7. (FCC - 2022)

A NBC TA 300 (R1) estabelece a responsabilidade do auditor no planejamento da auditoria das demonstrações contábeis. O auditor deve definir o alcance, a época e a direção da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria. Esses aspectos fazem parte do estabelecimento

- (A) da definição dos objetivos do relatório de trabalho de auditoria.
- (B) da identificação das características do trabalho de auditoria.
- (C) dos fatores significativos do julgamento profissional.
- (D) dos resultados das atividades preliminares de auditoria.
- (E) da estratégia global de auditoria.

8. (FCC - 2020)

Uma boa auditoria fundamenta-se em uma etapa de planejamento adequada. As normas técnicas buscam as melhores práticas quanto a esse importante expediente preparatório. A NBC TA 300 estabelece que

- (A) o planejamento da auditoria é responsabilidade exclusiva da administração da entidade, sem interferência do auditor.
- (B) o planejamento da auditoria é responsabilidade exclusiva do controle interno.
- (C) apenas excepcionalmente o auditor deve discutir elementos do planejamento com a administração da entidade.
- (D) há a possibilidade de o auditor discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade.
- (E) há o dever de o auditor discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade.

CONTABILIDADE AVANÇADA

1. (FCC - 2025)

No dia 01/12/2022, uma empresa aplicou R\$ 400.000 em ativos financeiros e definiu os seguintes critérios de mensuração:

- R\$ 200.000 são mensurados ao custo amortizado
- R\$ 150.000 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- R\$ 50.000 são mensurados ao valor justo por meio do resultado do período.

Todos os títulos rendem a taxa de juros de 1% ao mês e os valores justos de cada grupo, em 31/12/2022, são os seguintes:

-Títulos mensurados ao custo amortizado: R\$ 204.000

-Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: R\$ 153.000

-Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado do período: R\$ 51.000

Os valores em reais apresentados no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2022, para os títulos mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado do período, foram, respectivamente:

- (A) 200.000 - 150.000 - 50.000.
- (B) 202.000 - 151.500 - 50.500.
- (C) 204.000 - 153.000 - 51.000.
- (D) 202.000 - 153.000 - 51.000.
- (E) 204.000 - 151.000 - 50.500.

2. (FCC - 2025)

A empresa *Reservas Amplas S.A.* aplicou em ativos financeiros, no dia 31/12/2023, o valor total de R\$ 1.440.000 e classificou-os conforme a seguinte tabela:

Classificação dos títulos	Valor aplicado em 31/12/2023 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	600.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	840.000

Todas as aplicações remuneraram juros compostos de 14% ao ano e os valores justos desses títulos no mercado, em 31/12/2024, eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2024 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	630.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	920.000

O impacto no resultado evidenciado na Demonstração do Resultado de 2024 da empresa *Reservas Amplas S.A.*, decorrente exclusivamente das duas aplicações realizadas em 31/12/2023, foi, em reais,

- (A) 84.000.
- (B) 201.600.
- (C) 110.000.
- (D) 164.000.
- (E) 147.600.

3. (FCC - 2025)

A empresa *Reservas Amplas S.A.* aplicou em ativos financeiros, no dia 31/12/2023, o valor total de R\$ 1.440.000 e classificou-os conforme a seguinte tabela:

Classificação dos títulos	Valor aplicado em 31/12/2023 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	600.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	840.000

Todas as aplicações remuneraram juros compostos de 14% ao ano e os valores justos desses títulos no mercado, em 31/12/2024, eram os seguintes:

AMOSTRA

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2024 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	630.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	920.000

O valor acumulado total dos dois títulos que deveria ser apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Reservas Amplas S.A., em 31/12/2024, era, em reais:

- (A) 1.470.000.
- (B) 1.587.600.
- (C) 1.550.000.
- (D) 1.641.600.
- (E) 1.604.000.

4. (FCC - 2025)

As aplicações financeiras apresentadas na tabela a seguir foram realizadas por uma empresa em 01/12/2022:

Data de vencimento	Classificação definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Aplicado (R\$)	Valor Justo em 31/12/2022 (R\$)
01/12/2025	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	2%a.m.	1.200.000	1.236.000
01/08/2026	Mensuração ao valor justo por meio resultado.	1%a.m.	3.600.000	3.660.000
01/06/2024	Mensuração ao custo amortizado.	1%a.m.	2.400.000	2.448.000

Considerando as três aplicações financeiras em conjunto, o

- (A) valor apresentado em 31/12/2022, no ativo da empresa, foi R\$ 7.320.000.
- (B) valor apresentado em 31/12/2022, no ativo da empresa, foi R\$ 7.344.000.
- (C) impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2022 pela empresa foi R\$ 144.000, positivo.
- (D) valor apresentado em 31/12/2022, no ativo da empresa, foi R\$ 7.284.000.
- (E) impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2022 pela empresa foi R\$ 84.000, positivo.

5. (FCC - 2025)

Para responder à questão abaixo, utilize as informações a seguir:

No dia 01/12/2024, a empresa Rentabilizando S.A. realizou duas aplicações em ativos financeiros, cujos valores e as respectivas classificações feitas pela empresa foram as seguintes:

- R\$ 400.000,00 são mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 300.000,00 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As duas aplicações remuneravam à mesma taxa de juros de 0,8% ao mês. Os valores justos dos títulos, em 31/12/2024, eram os seguintes:

- R\$ 408.000,00 para os títulos mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 306.000,00 para os títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

1. (FCC - 2019)

No tocante à Terminologia Contábil Básica, especificamente, tratando-se da Terminologia dos Custos Industriais a definição de

- (A) custo é um gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- (B) desembolso é a compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos.
- (C) despesa é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).
- (D) gasto é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) investimento é o pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.

2. (FCC - 2019)

São itens que podem ser considerados como custos em uma fábrica que produz móveis:

- (A) Salário dos empregados da linha de produção, depreciação das máquinas de corte, salário do gerente de produção, materiais de escritório da contabilidade geral e depreciação dos computadores administrativos.
- (B) Madeira, salário dos empregados da linha de produção, depreciação das máquinas de corte, aluguel do prédio da fábrica e energia elétrica da área produtiva.
- (C) Madeira, pregos, salário do gerente de produção, gastos com propaganda e impostos sobre as vendas.
- (D) Perda por impairment dos computadores da gerência administrativa, aluguel do prédio da fábrica, frete pago na compra de madeira, cola e verniz.
- (E) Comissão dos vendedores, impostos não-recuperáveis sobre a compra de madeira importada, salário dos empregados responsáveis pela limpeza da fábrica, lixa e frete de entrega para os clientes.

3. (FCC - 2025)

Referente à classificação dos custos, a NBC TSP 34 determina que, quando o objeto de custo é

- (A) o atendimento hospitalar prestado por paciente, o custo com contrato mensal de limpeza hospitalar corresponde a um custo variável.
- (B) o processo julgado por um juiz, o custo com contrato anual de software de processo judicial corresponde a um custo variável.
- (C) o serviço de coleta de lixo, o custo com combustível de um caminhão utilizado exclusivamente para executar esse serviço corresponde a um custo indireto.
- (D) o processo julgado por um juiz, o custo com vigilância e limpeza do prédio onde o juiz trabalha para o julgamento corresponde a um custo direto.
- (E) a vacina aplicada, o custo com salário da coordenação regional responsável pela campanha de vacinação corresponde a um custo indireto.

4. (FCC - 2022)

A empresa Beta Ltda. fabrica os produtos A e B, cujas informações, por unidade e em reais, são apresentadas a seguir:

Descrição	Produto A	Produto B'
Preço líquido de venda	70,00	90,00
Custos variáveis	25,00	25,00
Custos fixos diretos	10,00	17,50
Custos fixos indiretos	15,00	22,50

A empresa produz 1.000 unidades do produto A e 3.000 unidades do produto B por mês e a taxa de aplicação dos custos fixos indiretos de produção é R\$ 7,50 por hora de mão de obra direta. As despesas variáveis diretas somam 10% do preço líquido de venda e o valor das despesas fixas indiretas é R\$ 800.000,00 por mês. Nesse caso,

- (A) o valor dos custos indiretos fixos alocados à unidade de cada um dos produtos permaneceria o mesmo, se a empresa passasse a utilizar como critério de rateio os custos variáveis por unidade.

- (B) o lucro bruto unitário dos produtos **A** e **B** são, respectivamente, R\$ 13,00 e R\$ 16,00.
- (C) os custos fixos diretos são alocados aos produtos com o uso de direcionadores de recursos definidos com base no Custeio Baseado em Atividades.
- (D) os custos indiretos fixos de produção por unidade podem ter seus valores alterados, mesmo que não haja mudanças no volume de produção e no critério de rateio.
- (E) a margem de contribuição dos produtos **A** e **B** são, respectivamente, R\$ 45,00 e R\$ 65,00.

5. (FCC - 2022)

A empresa Amora Ltda. fabrica peças de bijuteria artesanais em acrílico colorido, que são vendidas no mercado nacional. Ela possui três linhas de produção – brincos, colares e anéis. Após a finalização da produção, as bijuterias são comercializadas por meio de uma mesma estrutura de e-commerce. Os principais custos e despesas da empresa são os seguintes:

- Manutenção do e-commerce: montante mensal correspondente à manutenção da plataforma de vendas virtual, pois a empresa não possui loja física.
- Depreciação: montante apurado com base no método das quotas constantes referente à máquina utilizada para realizar o corte do acrílico empregado na confecção das bijuterias das três linhas.
- Salário dos designers: remuneração mensal dos colaboradores responsáveis pelo desenho das peças, sendo que cada designer é responsável somente por uma das três linhas.
- Salário das artesãs: funcionárias que confeccionam as peças finais utilizando as partes de acrílico, argolas, tarraxas e fechos, cuja remuneração está vinculada à quantidade produzida.
- Salário dos responsáveis pelos envios das peças para os clientes: remuneração mensal dos funcionários encarregados pela separação das peças para preparo dos pacotes e envio aos clientes.

Com base no objeto de custeio unidade de peça de bijuteria,

- (A) a depreciação é um custo fixo direto.
- (B) o salário dos designers é uma despesa fixa direta.
- (C) o salário das artesãs é uma despesa variável direta.
- (D) a manutenção do e-commerce é uma despesa fixa indireta.
- (E) o salário dos responsáveis pelos envios é um custo variável direto.

6. (FCC - 2020)

Uma das formas correntes de classificação de custos consiste na divisão entre custos fixos e variáveis,

- (A) sendo custos fixos aqueles necessários à manutenção da atividade operacional, os quais, como regra, não sofrem variação em função de aumento ou redução no volume de produção ou venda.
- (B) relacionada ao objeto de produção ou venda, sendo custos variáveis aqueles que não estão fisicamente ligados ao bem ou serviço em si, mas sim a outras atividades desempenhadas pela entidade.
- (C) ambos ligados ao bem em si, não sujeitos a variação em função de volume de produção, sendo os variáveis, contudo, impactados por oscilações de preços de mercado.
- (D) considerados fixos aqueles que configuram despesas obrigatoriamente incorridas, ainda que não compo-nham a formação de preço do produto, e variáveis aqueles que influenciam a formação do preço de venda.
- (E) ambos ligados à estrutura de produção, sendo os custos fixos aqueles presentes no setor industrial e os variáveis no setor de serviços.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

1. (FCC - 2025)

Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Com relação à limitação do poder de tributar, é vedado à União

(A) instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, postos à disposição do contribuinte, e também instituir isenções de tributos da competência dos Municípios.

(B) instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, não sendo admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

(C) instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes, e também sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

(D) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

(E) instituir empréstimos compulsórios, ainda que para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, sendo-lhe também vedada a instituição de isenções de tributos da competência dos Estados.

2. (FCC - 2024)

Admita-se, por hipótese, que, em razão de fortíssimos movimentos tectônicos, tenham surgido duas ilhas no litoral brasileiro, as quais receberam os nomes de Macro e Micro, respectivamente. Essas duas ilhas, de imediato, se tornaram territórios federais e, pelas suas dimensões, logo foram povoadas. A primeira, Macro, foi dividida em Municípios, mas a segunda, Micro, não o foi. Em razão disso, com base nas regras da Constituição Federal de 1988, a União pode lançar e cobrar dos habitantes de

(A) Micro os impostos federais, estaduais e municipais.

(B) ambas as Ilhas. os Impostos federais, estaduais e municipais.

(C) ambas as Ilhas apenas os impostos federais.

(D) Macro os impostos federais, estaduais e municipais.

(E) ambas as ilhas apenas os impostos federais e os impostos municipais.

3. (FCC - 2024)

3) A Constituição Federal de 1988 estabelece regras a respeito do Sistema Tributário Nacional. De acordo com a disciplina constitucional,

(A) a União pode instituir o IOF, o Imposto de Renda, o Imposto Territorial Rural e o ITBI.

(B) somente os Estados e os Municípios podem instituir a contribuição de melhoria em seus respectivos territórios.

(C) o Distrito Federal pode instituir o ICMS, o ISS, o ITBI, o ITCMD, IPVA e o IPTU, mas não pode instituir o IPI.

(D) somente a União e os Estados podem instituir taxas pelo exercício do poder de polícia.

(E) somente a União pode instituir taxas que tenham base de cálculo própria de impostos, e desde que esses impostos também sejam de sua competência tributária.

4. (FCC - 2024)

A Constituição atribui à Lei Complementar - espécie legislativa que exige quórum qualificado de aprovação - a definição de uma série de aspectos do Sistema Tributário Nacional. Nos termos da Constituição, NÃO constitui matéria sujeita à regulação por lei complementar a

(A) instituição do chamado "imposto do pecado", incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

(B) disposição sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

- (C) Instituição de empréstimos compulsórios por parte da União, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de guerra ou de sua iminência.
- (D) instituição, pela União, do imposto sobre grandes fortunas.
- (E) fixação de alíquota mínima do IPVA.

5. (FCC - 2022)

5)As limitações constitucionais ao poder de tributar, segundo a Constituição Federal, são reguladas por

- (A) decreto.
- (B) lei complementar.
- (C) cláusula pétrea.
- (D) lei federal.
- (E) portaria do ente federado competente.

6. (FCC - 2022)

6)De acordo com a Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias

- (A) são instituídas exclusivamente pela União e incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) são instituídas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, relativamente às atividades industriais, comerciais e de serviços.
- (C) não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidem sobre a importação de produtos estrangeiros.
- (D) são instituídas exclusivamente pela União e pelo Distrito Federal e não podem incidir sobre a importação de serviços.
- (E) são instituídas, preferencialmente, pela União e, subsidiariamente, pelos Estados, e têm suas alíquotas máximas fixadas em Resolução do Senado Federal.

7. (FCC - 2025)

7)A Constituição, entre seus artigos 150 e 152, traz uma série de limitações ao poder de tributar do Estado. Algumas destas limitações se direcionam a todos os entes da Federação indistintamente; outras apenas à União e outra ainda apenas aos Estados e Municípios. Acerca destas limitações, é **INCORRETO** afirmar, à luz do texto constitucional e da jurisprudência vinculante do STF:

- (A) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento

de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

(B) É vedado à União, Estados e Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, mas estas vedações não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

(C) É vedado à União, Estados e Municípios utilizar tributos com efeito de confisco. Por esta razão, até que seja editada lei complementar federal sobre a matéria, a multa tributária qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio limita-se a 100% do débito tributário, podendo ser de até 150% do débito tributário caso se verifique a reincidência.

(D) É vedado à União, Estados e Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil ou no exterior contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

(E) É vedado à União, Estados e Municípios instituir impostos sobre (i) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, (ii) sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e (li) sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, bem como livros eletrônicos (e-books) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los (e-readers).

8. (FCC - 2025)

8)Com relação às limitações constitucionais do poder de tributar, considere:

I.É vedado à União instituir tributo que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, proibida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

II.É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA

1. FGV - 2025

Um cidadão brasileiro, atualmente domiciliado nos Estados Unidos da América, efetuou a doação de um automóvel a seu sobrinho, residente no Estado do Paraná. A autoridade tributária paranaense identificou a operação e avaliou a possibilidade de cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Diante do caso concreto e da norma constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

(A) A exigência do ITCMD só será possível após a edição de lei complementar federal, que regule a competência nos casos em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

(B) Não incide o imposto em caso de doações internacionais, por ausência de competência expressa dos Estados.

(C) A competência para instituir o ITCMD sobre essa doação é do Estado do Paraná, até que sobrevenha lei complementar federal que regule a matéria.

(D) O ITCMD é inconstitucional nesse caso, pois envolve bem móvel e doador no exterior, situação vedada pela jurisprudência consolidada.

(E) A competência para cobrar o ITCMD, nesse caso, é da União, que detém competência suplementar quando o doador reside no exterior.

2. FURB - 2025

A reforma tributária, após ampla discussão nas Casas Legislativas, foi aprovada com a alteração no bojo da Constituição. Contudo, sua implementação não será imediata, havendo algumas disposições acerca dos prazos fiscais. Diante desse cenário de mudanças paulatinas no sistema constitucional-tributário, assinale a opção correta:

(A) A competência para processar e julgar originariamente os conflitos entre entes federativos ou entre esses entes e o Comitê Gestor do Imposto compartilhado sobre bens e serviços será da justiça federal.

(B) O mecanismo de arrecadação e compartilhamento do imposto pelos Estados, Distrito Federal e Municípios instituído pela reforma tributária será baseado exclusivamente com a tributação na origem e não no destino de sua produção.

(C) A partir de 2030, será cobrado o imposto seletivo sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

(D) A desvinculação de receitas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá em 01 de janeiro de 2030.

(E) A partir de 2033, fica extinto o Imposto Municipal sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) e, em 2026, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será cobrado à alíquota de 0,1% (um décimo por cento).

3. FÊNIX INSTITUTO - 2025

A Emenda Constitucional nº 132/23 dispõe que o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da, EXCETO:

(A) Simplicidade.

(B) Transparência.

(C) Cooperação.

(D) Morosidade.

4. INSTITUTO AOCP - 2025

Em 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional no 132, que instituiu, entre outras medidas, a substituição gradual do ICMS e do ISS pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com prazo de transição previsto até 2033. Com base nesses dispositivos constitucionais, assinale a alternativa correta.

(A) O IBS será de competência exclusiva dos Estados, já que unificará o ICMS e o ISS em um único imposto estadual.

(B) Durante o período de transição, ICMS e ISS serão extintos imediatamente em 2026, e o IBS será o único tributo sobre consumo.

(C) Uma das regras constitucionais exige que o IBS seja não cumulativo e que não incida sobre sua própria base de cálculo.

(D) Na fase de transição, os municípios não participarão da arrecadação do IBS, pois perderão toda sua receita de ISS.

(E) A EC 132/2023 determina que o IBS poderá adotar legislação distinta em cada ente federativo, inclusive alíquotas diferentes, sem uniformização alguma.

5. INSTITUTO AOCP - 2025

Em determinado município, com base na EC 132/2023, além da criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), haverá um novo tributo federal, chamado Imposto Seletivo, com incidência sobre determinados produtos. Considerando a disciplina constitucional do Imposto Seletivo, assinale a alternativa correta.

(A) O Imposto Seletivo será de competência compartilhada entre União, estados e municípios, substituindo os atuais IPI e ISS.

(B) A finalidade do Imposto Seletivo é desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, sem caráter meramente arrecadatório.

(C) O Imposto Seletivo será calculado sobre a renda das pessoas físicas que adquirirem produtos considerados nocivos, funcionando como um adicional do Imposto de Renda.

(D) O Imposto Seletivo incidirá sobre qualquer operação de circulação de mercadorias, independentemente de sua natureza, funcionando como um imposto geral sobre consumo.

(E) Os municípios terão competência exclusiva para instituir o Imposto Seletivo sobre serviços locais, como transporte urbano e coleta de resíduos sólidos.

6. FGV - 2025

Uma sociedade empresária brasileira que presta serviços de streaming digital e comercializa direitos de exibição se prepara para a implementação da reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional no 132/2023, que estabeleceu novos tributos de estrutura moderna – o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Considerando as normas constitucionais sobre a substituição dos tributos atuais pelos novos tributos, assinale a afirmativa correta.

(A) O IBS, de competência da União, incidirá sobre operações com bens e serviços e substituirá o PIS, a Cofins e o IPI. O ICMS e o ISS continuarão existindo, pois não foram abrangidos pela reforma.

(B) Com a promulgação da EC 132/2023 foram imediatamente extintos o ICMS, o ISS, o PIS, a Cofins e o IPI, tendo os novos tributos entrado em vigor em 2024, sem período de transição.

(C) A CBS é tributo de competência compartilhada entre Estados e Municípios e substituirá o ICMS e o ISS. O IS, por sua vez, irá incidir cumulativamente com o IPI, já que a EC 132/2023 nada mencionou sobre esse assunto.

(D) O IS incidirá sobre todas as operações com bens e serviços, substituindo imediatamente o ICMS e o ISS. A CBS incidirá apenas sobre operações financeiras, substituindo o IOF, e o IBS substituirá o IRPJ.

(E) O IBS, imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com legislação uniforme, incidirá sobre operações com bens materiais, imateriais e serviços e substituirá o ICMS e o ISS, que serão extintos em 2033.

7. FAPEC - 2024

A Emenda Constitucional n.º 132/2023, conhecida como Emenda da Reforma Tributária, dentre inúmeras alterações, atribuiu competência tributária entre os entes públicos para a instituição de três novos tributos que, paulatinamente, substituirão os tributos que atualmente incidem sobre as relações de consumo. A respeito da EC n.º 132/2023, assinale a alternativa que contenha os três novos tributos mencionados e que deverão ser instituídos por norma infraconstitucional.

(A) Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

(B) Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo.

(C) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo.

(D) Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo.

(E) Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. (FCC - 2018)

São objetivos do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás:

(A) Assegurar que o cumprimento das obrigações tributárias não ocorra de forma extemporânea.

(B) Assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos, bem como a manutenção e apresentação de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos a eles relativos.

(C) Assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços de orientação aos contribuintes, que pode ser remunerada de acordo com o valor gasto com os servidores e materiais da Administração pública empregados na prestação deste serviço.

(D) Assegurar aos contribuintes o direito à ampla defesa e ao contraditório somente após o início do processo administrativo contencioso.

(E) Promover o bom relacionamento entre fisco e contribuinte, baseado no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e no dever fundamental de pagar tributos, visando fornecer ao Estado os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

2. (FCC - 2018)

Considerando a expressa disposição do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013), considere as seguintes assertivas:

I. É direito do contribuinte ter conhecimento e obter certidão sobre atos, contratos, decisões, pareceres ou procedimentos de seu interesse, que se encontrem em poder da Administração pública, salvo se a informação solicitada estiver protegida por sigilo, observada a legislação pertinente à espécie.

II. É direito do contribuinte a eliminação parcial de dados falsos e/ou obtidos por meios ilícitos.

III. É direito do contribuinte a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.

3. (FCC - 2018)

No Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013), consta como obrigação do contribuinte

(A) apresentar, quando solicitado e no prazo estabelecido pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual, bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos.

(B) aguardar que a fiscalização o oficie para atualizar seus dados cadastrais, quando então, deverá fazê-lo.

(C) apresentar, bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos, estabelecido pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual, responsável pela fiscalização.

(D) identificar-se pessoalmente nas repartições administrativas e nas ações fiscais, não podendo fazê-lo através de representante.

(E) disponibilizar local adequado em seu estabelecimento, para a execução dos procedimentos de fiscalização.

4. (FCC - 2018)

O Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013) traz diversas disposições sobre os Deveres da Administração Fazendária. A respeito dessas disposições,

(A) a Administração pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, finalidade, interesse público, eficiência e motivação dos atos administrativos.

(B) é permitido à Administração pública, em casos de extrema urgência, assim entendida a ocorrência de flagrante infracional ou continuidade de ação fiscal realizada em outro contribuinte, dar início à fiscalização, após 24 (vinte e quatro) horas da expedição de ordem de fiscalização.

5. (FCC - 2018)

A Lei Complementar estadual nº 104/2013 instituiu o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás, que contempla várias regras relacionadas com as multas aplicadas pelo Fisco estadual. De acordo com este Código,

- (A) é direito do contribuinte ter ciência dos prazos para pagamento de multas aplicadas em razão de infrações cometidas com dolo, fraude ou simulação, bem como das reduções a elas aplicáveis, com a especificação do procedimento a ser adotado em cada caso.
- (B) as multas pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a operações ou prestações amparadas por não incidência, imunidade, diferimento, suspensão, retenção antecipada do imposto por substituição tributária e isenção, serão aplicadas com redução de 60%.
- (C) um de seus objetivos é proteger o contribuinte contra o exercício abusivo do poder de cobrar multas, que deverão ser prévia e integralmente instituídos por meio de norma da legislação tributária, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e da anterioridade de exercício financeiro.
- (D) é garantia do contribuinte a inexistência de visto em documento de arrecadação utilizado para pagamento de multa com atraso, exclusivamente em relação àquelas aplicadas por descumprimento de obrigações acessórias, e desde a infração não tenha sido cometida com dolo, fraude ou simulação.
- (E) as multas pelo descumprimento de obrigações principais ou acessórias relacionadas a operações ou prestações amparadas por não incidência, imunidade, diferimento, retenção antecipada do imposto por substituição tributária e isenção, serão aplicadas com redução de 30%.

6. (VUNESP - 2021)

Com base no Código Tributário do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 11.651/1991), é **correto** afirmar a respeito do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte e comunicação (ICMS) que

- (A) operação de circulação de mercadorias corresponde aos fatos econômicos, juridicamente relevados pela lei tributária, concernentes às etapas dos processos de extração, geração, produção e distribuição de mercadorias com o objetivo de consumo ou de utilização em outros processos da mesma natureza, inclusive na prestação de serviços.

7. (FCC - 2024)

Raul é proprietário de 3 apartamentos de alto padrão em Goiânia. Decidido a ter uma vida com menos bens materiais, Raul resolve doar estes imóveis. Doa o primeiro para instituição religiosa regularmente instituída que costuma frequentar, para fins de caridade. O segundo e o terceiro imóveis são doados, respectivamente, para seus irmãos Renato e Ricardo. Todas as três doações são lavradas mediante escritura pública e registradas no cartório de registro de imóveis competente em 5 de junho de 2024. A lavratura e o registro das respectivas escrituras se deu sem o recolhimento prévio do ITCD e os atos não foram informados ao Fisco Estadual. Neste cenário e considerando o disposto na Lei Estadual nº 11.651/1991 (Código Tributário do Estado de Goiás) e demais legislações vigentes, o ITCD é devido

- (A) apenas quanto às doações realizadas em favor de Renato e Ricardo, e o Fisco estadual terá 5 anos, a partir de 1º de janeiro de 2025, para realizar o lançamento do tributo, sob pena de decadência.
- (B) quanto às três doações, e o Fisco estadual terá 5 anos, a partir de 5 de junho de 2024, para realizar o lançamento do tributo, sob pena de decadência.
- (C) quanto às três doações; a instituição religiosa é contribuinte do imposto relativo à primeira doação, e o tabelião que lavrou as três escrituras de doação está exclusivamente sujeito a multa.
- (D) apenas quanto às doações realizadas em favor de Renato e Ricardo, a instituição religiosa donatária e o tabelião que lavrou as escrituras de doação estão exclusivamente sujeitos a multa, se deixarem de informar tempestivamente o Fisco estadual.
- (E) apenas quanto às doações realizadas em favor de Renato e Ricardo, e o Fisco estadual terá 5 anos, a partir de 5 de junho de 2024, para realizar o lançamento do tributo, sob pena de decadência.

8. (FCC - 2021)

Nos termos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e do Código Tributário do Estado de Goiás, o Imposto de Transmissão sobre Causa Mortis e Doações (ITCD) do Estado de Goiás

- (A) incide sobre herança vacante, ainda que sem herdeiros habilitados.
- (B) incide sobre doações efetuadas a templos religiosos.
- (C) é progressivo, considerando o valor do bem ou direito transmitido causa mortis ou por doação.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!